

Foco na Aposentadoria

BRASIL



SÉRIE LATINO-AMERICANA DE APOSENTADORIA



Foco na Aposentadoria: Brasil

2019

Hernán Poblete Miranda

Associate Director, International Research
LIMRA and LOMA
+569 78454757
hpoblete@limra.com

© 2020, LL Global, Inc. e Sociedade de Atuários. Todos os direitos reservados.

Esta publicação é um benefício dos membros da LIMRA e da Society of Actuaries.
Nenhuma parte pode ser compartilhada com outras organizações ou reproduzida
em qualquer formato sem o consentimento por escrito da SOA ou da LL Global.

0498-0220 (50700-10-501-33101)





Conteúdos

- Resumo Executivo9
- Introdução 11
- Sobre a Pesquisa 13
- Transição Demográfica..... 14
 - Fases da Transição Demográfica 14
 - O Envelhecimento Populacional 16
 - Chefes de Famílias Cada Vez Mais Velhos20
 - Principais Desafios Devido ao Envelhecimento da População.....22
- Estruturas dos Atuais Sistemas Previdenciários e Seus Desafios24
 - Previdência Social 24
 - Pequena História da Previdência Social Brasileira27
 - A Nova Previdência 29
 - Previdência Complementar Privada 32
 - Importância da Previdência Complementar Fechada34
 - Supervisão e Regulação.....36
- Aposentadoria — Perspectiva dos Consumidores 38
- Oportunidades para a Indústria 65
- Apêndice 67
- Bibliografia 70



Tabelas

Tabela 1 — Divisão Geral da Amostra por Região	13
Tabela 2 — Divisão Geral da Amostra por Faixa Etária	13
Tabela 3 — Divisão Geral da Amostra por Gênero	13
Tabela 4 — Taxas de Atividade Econômica da População de 60 a 64 Anos e 65 Anos.....	21
Tabela 5 — Fases da Transição Demográfica de Thompson	23
Tabela 6 — Preocupações e Ações Relacionadas à Aposentadoria	45
Tabela 7 — Método para Gerar Renda na Aposentadoria	51
Tabela 8 — Principais Preocupações Financeiras Vinculadas à Aposentadoria	55
Tabela 9 — Preferência de Fonte de Informação sobre Investimentos, Produtos Financeiros ou Planejamento da Aposentadoria	58
Tabela 10 — Utilidade das Informações Obtidas de Diferentes Fontes	60
Tabela 11 — Características Mais Importantes de um Produto Financeiro no Planejamento Previdenciário.....	62
Tabela 12 — Os 5 Canais de Preferência para a Compra de Produtos Previdenciários	63
Tabela 13 — Aspectos Aspiracionais na Aposentadoria	64
Tabela A-1 — Respondentes por Situação Laboral	67
Tabela A-2 — Respondentes por Tipo de Empregador.....	68
Tabela A-3 — Respondentes por Tamanho de Domicílio	68
Tabela A-4 — Respondentes por Renda Anual Total Antes de Impostos.....	69
Tabela A-5 — Respondentes por Situação Atual da Moradia	69
Tabela A-6 — Respondentes por Nível de Educação	69

Figuras

Figura 1 — Fertilidade Total (nascimentos vivos por mulher)	17
Figura 2 — Proporção de Pessoas de 60 Anos ou Mais na População Total	18
Figura 3 — Pirâmide Populacional: 2020	18
Figura 4 — Pirâmide Populacional: 2030	18
Figura 5 — Pirâmide Populacional: 2050	19
Figura 6 — Maiores de 60 Anos Responsáveis de Domicílios no Brasil	20
Figura 7 — Razão de Dependência Demográfica	22
Figura 8 — Ativos dos Fundos de Pensão por Países e % do PIB (em US\$ Bilhões)	34
Figura 9 — Quem Toma as Decisões Financeiras	38
Figura 10 — Dependência Financeira	39
Figura 11 — Não se Contrata a Ajuda de Profissionais Financeiros para as Decisões Financeiras da Família	40
Figura 12 — Iniciativas em Relação ao Planejamento da Aposentadoria	41
Figura 13 — Quem Busca um Profissional Financeiro, Opta por um	42
Figura 14 — Quem Opera com um Especialista Financeiro, Prefere	43
Figura 15 — Planejamento da Aposentadoria	44
Figura 16 — Responsabilidade do Financiamento da Aposentadoria	46
Figura 17 — Fonte de Ingressos Planificada ou Atual na Aposentadoria	46
Figura 18 — Plano de Previdência Disponível em Fase Contributiva	48
Figura 19 — Estado de Contribuição Durante Fase de Acumulação de Qualquer Plano de Previdência Patrocinado pelo Empregador	49
Figura 20 — A Importância da Oferta de Planos de Previdência Empresariais na Poupança para a Aposentadoria	49
Figura 21 — Contribuição Patronal	50
Figura 22 — Adequação dos Ingressos de um Plano de Benefício Definido e do INSS para Cobrir os Gastos Básicos na Aposentadoria	50



Figura 23 — Aposentadoria e Planejamento	52
Figura 24 — É Comum Postergar a Poupança Previdenciária.....	52
Figura 25 — Aposentadoria Integral ou Parcial	53
Figura 26 — Expectativa de Vida Antecipada aos 60 Anos Versus Expectativa de Vida Atual aos 60 Anos	53
Figura 27 — Autoavaliação do Grau de Conhecimento Financeiro.....	56
Figura 28 — Disposição de Converter uma Parcela dos Ativos em uma Anuidade.....	57
Figura 29 — Interesse em Comprar uma Anuidade com Impostos Diferidos.....	57

Resumo Executivo

O Brasil está passando por um rápido processo de envelhecimento populacional. A velocidade do processo é inédita. Para 2050 se projeta uma população de 65 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no país (em 2000 estava no patamar de 14 milhões e em 2010 em torno de 20 milhões). Isto representaria quase 30% da população total. A diminuição das taxas de fertilidade e de mortalidade infantil concomitante com o aumento da longevidade (sobrevida) são algumas das mudanças que estão afetando a população brasileira.

O objetivo deste trabalho é olhar para o contexto do envelhecimento da população brasileira e descrever as características da transição para a velhice de homens e mulheres com ênfase em três áreas específicas: vida doméstica, condição de saúde e condição de exercer atividade econômica.

A população categorizada como idosa é um grupo heterogêneo que torna diversa a experiência do envelhecimento. A questão de envelhecer também se aplica àqueles que hoje são jovens e que mudarão de grupo etário nas próximas décadas. A longevidade é um “problema” de todos.

Além disso, as altas porcentagens de preocupação declaradas em todas as idades versus a continuidade do trabalho após a aposentadoria (que coincide com os dados pesquisados em 2014, quando 70% da população jovem e pré-aposentada projetaram que continuariam trabalhando após a aposentadoria¹), juntamente com a manutenção da saúde física e bem-estar e a solução das necessidades de cuidados nos últimos anos de vida e da dependência total, todos são indicadores óbvios da consciência que pode realmente existir na população sobre os efeitos da longevidade.

Por exemplo, um risco evidente identificado entre os consumidores: cerca de 68% dos participantes deste estudo indicaram que sua fonte de renda atual ou esperada na aposentadoria é ou será o salário de um emprego de tempo integral ou de meio período.


Para entender o comportamento dos consumidores atuais, deve-se considerar as mudanças nos contextos demográfico, político, econômico e sociocultural e como se dão as formas de envelhecimento da população.

Um brasileiro que chegasse aos 60 anos de idade na segunda metade da década de 1980 teria uma sobrevivência (expectativa de vida a partir dos 60 anos) de 16,1 anos em média; isto é, viveria até os 76 anos. No cenário de 2015, a sobrevivência esperada de um sexagenário no Brasil subiu para 22,3 anos segundo dados do departamento de demografia da ONU² — o que significa que os novos idosos do país deveriam ter um planejamento para chegar pelo menos até os 82 anos.



¹ Poblete, Hernán, Dias da Cunha, Fabiana: Estudo Longevidad, Bradesco Seguros, IMR Brasil, 2014.

² "World Population Prospects: The 2017 Revision", ONU e IBGE, 2017.



É provável que a população total do gigante latino-americano diminua 5% entre 2015 e 2050. No entanto, a população acima de 60 anos crescerá durante o mesmo período a impressionante marca de 114%. Projeções indicam que a proporção de idosos (segmento populacional com 60 anos ou mais) terá mais do que dobrado, passando de 10,7 milhões em 2015 para 23 milhões em 2050. Essa tendência afeta diretamente a relação de apoio potencial, que provavelmente se deteriorará para 2: 1 em 2050 de 10,6: 1 em 2000. Estima-se que cairá ainda mais, para 1,6: 1 ao final deste século.

Apesar das recentes reformas empreendidas pelo governo, a maioria da população ainda não está coberta por pensões abrangentes que proporcionem um nível de renda razoável em comparação com o último salário antes da aposentadoria.

Como é uma tendência em todos os países que foram incluídos neste estudo, os consumidores brasileiros também demonstram grande preferência por produtos com características conservadoras, características que garantam retornos previsíveis e ajudam a preservar o capital. Além disso, eles demonstraram desejo de obter renda garantida por toda a vida, proteção do investimento principal e retornos fixos. Os bancos são confirmados como o canal preferido para comprar produtos de renda de aposentadoria.


Introdução

A diminuição das taxas de fertilidade e de mortalidade infantil concomitante com o aumento da longevidade (sobrevida) são algumas das mudanças que estão afetando a população brasileira. Entender como as percepções de estilo de vida foram modificadas e como isso influencia a estruturação do curso e do comportamento desta sobrevivida é essencial para compreender o que significa se aposentar no mundo de hoje e o que significará no de amanhã.

Embora a expectativa de vida ao nascer não seja o principal fator no cálculo da sustentabilidade previdenciária, quanto mais ela se aproxima da expectativa de sobrevivida, maior o número de idosos — o que se traduz em um maior peso para o sistema previdenciário. A tendência de aproximação entre expectativa de vida ao nascer e expectativa de sobrevivida tem ocorrido em vários países, sendo que a diferença no Brasil entre a primeira (de 75,8 anos ao nascer) e a segunda (de 82,3 anos aos 60 anos de idade) é de 6,5 anos. A ONU estima que até o fim deste século a distância entre uma e outra cairá para 3,2 anos. Dentre os fatores que explicam dito fenômeno estão melhorias nas condições de saúde (que diminuem a mortalidade infantil e aumentam a sobrevivida dos idosos) e as projeções de que a violência, principal causa de morte entre brasileiros de 15 a 29 anos, entre em uma tendência de queda a partir de agora com o encolhimento da fatia da população jovem. Se a teoria se confirmar, a pressão sobre o regime previdenciário brasileiro aumentará nas próximas décadas. Para 2050 se projeta uma população de 65 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no país (em 2000 estava no patamar de 14 milhões e em 2010 em torno de 20 milhões). Isto representaria quase 30% da população total.

Tanto o aumento da proporção de idosos quanto sua longevidade (sobrevida) implicam uma reconfiguração completa do mapa etário do Brasil e de como se dará o comportamento deste grupo como clientes de produtos de seguros e serviços financeiros. Para obter uma renda segura durante a fase da aposentadoria, e no contexto da longevidade, o próprio significado de ser “idoso” é transformado e expresso em novos comportamentos e percepções. Cabe enfatizar a necessidade de observar e acompanhar de perto como se dará essa reconfiguração: uma parcela desses idosos com idades cada vez mais avançadas conseguirão ter uma vida prolongada saudável e produtiva e outra provavelmente terá uma vivência desses anos adicionais sem saúde e qualidade de vida. No primeiro cenário, seja qual for sua proporção, haverá um aumento de recursos humanos que poderão continuar contribuindo de maneira ativa para a sociedade. Já no segundo cenário haverá apenas maior demanda por saúde e assistência social. Até o momento, não parece haver consenso na literatura — mesmo se considerada a experiência dos países mais avançados.³

³ United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. [World population prospects: the 2015 revision, key findings and advance tables](#). Working Paper ESA/P/WP 241. 2015.



A diminuição das taxas de fertilidade e de mortalidade infantil concomitante com o aumento da longevidade (sobrevida) são algumas das mudanças que estão afetando a população brasileira. Entender como as percepções de estilo de vida foram modificadas e como isso influencia a estruturação do curso e do comportamento desta sobrevivida é essencial para compreender o que significa se aposentar no mundo de hoje e o que significará no de amanhã.

Se olharmos com atenção ao nosso redor, perceberemos que as etapas da adolescência e juventude estão se alargando para as gerações Y e Z se comparadas com as das gerações anteriores, da mesma forma que os anos de maturidade e velhice estão sendo transformados em novas formas de viver. Mudanças nos padrões de fertilidade e uniões civis/religiosas estão incentivando a criação de vários formatos familiares e, portanto, a conformação de novos tipos de lares. “Junto com a família, as estratégias dos indivíduos para lidar com situações de vulnerabilidade também mudaram e o equilíbrio da interação entre a família, o Estado e o mercado com relação à prestação de cuidados foi modificado”.⁴

Está na hora do Brasil começar a se preparar para enfrentar os desafios do envelhecimento populacional traduzido em uma força de trabalho cada vez mais reduzida, maior dependência da população em idade ativa e desaceleração do crescimento econômico — fatores que exercerão imensa pressão sobre o sistema previdenciário.

Outras mudanças sociais e econômicas podem agravar ainda mais os desafios relacionados ao financiamento da aposentadoria.

Este estudo identifica como os consumidores planejam enfrentar seus desafios atuais ou futuros em relação à aposentadoria e quais são suas aspirações. Trata-se de uma extensão de pesquisa da LIMRA em parceria com SOA (Sociedade de Atuários) sobre o mesmo tema realizada em 2015/16 na China e tem como objetivo descobrir os desafios previdenciários dos principais mercados da América Latina.

⁴ Guidotti, Carolina: *Envelhecimento demográfico e mudanças na transição à velhice no Brasil: passado, presente e futuro*, CEPAL, 2016).

Sobre a Pesquisa

O estudo Aposentadoria em foco no Brasil faz parte de um projeto de pesquisa colaborativa da Sociedade de Atuários (SOA) com a LIMRA. Por meio de uma amostra de 1.056 entrevistados, revela as percepções dos consumidores sobre aposentadoria em seis macrozonas do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A amostra se enfocou nos mesmos segmentos demográficos de amostragem do estudo latino-americano que também incluiu Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru: trabalhadores jovens (30 a 45 anos), pré-aposentados (46 a 60 anos) e aposentados (mais de 60 anos).

Os trabalhadores jovens em geral estão em um estágio inicial de suas carreiras e planejam se casar ou iniciar uma família. Os pré-aposentados planejam começar ou já começaram a economizar para a aposentadoria. Os aposentados são os que já estão na fase de distribuição de benefícios previdenciários ou em idade de aposentadoria integral e pretendem dar entrada em seus benefícios no curto prazo.

Os dados foram coletados através de uma pesquisa online em todos os mercados da América Latina. Este trabalho explora as diferenças de atitude entre distintas regiões, sub-regiões, faixas etárias e gêneros com o objetivo de ajudar seguradoras e outras organizações financeiras a desenvolver soluções efetivas para atender as necessidades dos consumidores em relação ao planejamento para a aposentadoria. O estudo também destaca a preparação dos consumidores para a aposentadoria lançando uma análise sobre fontes de renda atuais e futuras, tolerância a risco e preferências e características de produtos.

- A pesquisa online cobriu uma amostra de 1056 entrevistados em cinco sub-regiões para retratar a diversidade regional da população (Tabela 1).
- Para reunir uma amostra representativa do mercado para seguradoras e outras instituições financeiras, a pesquisa abrangeu várias sub-regiões com diferentes níveis de renda (vide Apêndice) e também incluiu quotas com base nos níveis de renda e outros parâmetros para garantir uma qualidade confiável dos dados.

Tabela 1 — Divisão Geral da Amostra por Região

Região	Amostra
Norte	55
Nordeste	231
Centro-Oeste	60
Sul	150
Sudeste	560
Total	1,056

Tabela 2 — Divisão Geral da Amostra por Faixa Etária

Faixa Etária	Amostra
30-45	374
46-60	342
61-75	340
Total	1,056

Tabela 3 — Divisão Geral da Amostra por Gênero

Gênero	Amostra
Masculino	520
Feminino	535
Outro	1
Total	1,056

Transição Demográfica

A teoria da Transição Demográfica explica uma mudança específica na dinâmica demográfica, que é a queda acentuada das taxas de fecundidade, de natalidade e de mortalidade. Essa teoria foi proposta considerando-se as relações entre o crescimento populacional e desenvolvimento socioeconômico.

As oscilações no crescimento populacional só ocorrem uma vez em cada país e se dão alinhadas ao processo de desenvolvimento urbano-industrial. Portanto, o desenvolvimento econômico e a modernização das sociedades são os principais fatores responsáveis pelas mudanças nas taxas de natalidade e de mortalidade, refletindo no crescimento populacional.

Da mesma forma que os países se desenvolvem de formas e ritmos diferentes, a Transição Demográfica ocorre de maneira distinta entre as diversas sociedades. Além disso, ela acarreta mudanças importantes nas estruturas (pirâmides) populacionais.

A teoria foi criada pelo americano Warren Thompson no fim da década de 1920 com o objetivo de contestar a Teoria Demográfica Malthusiana. De acordo com a teoria de Thompson, a população não possui um crescimento acelerado, mas sim um crescimento que possui oscilações periódicas, alternando crescimentos e desacelerações demográficas com períodos de estabilidade.

Thompson elabora o conceito no período da Revolução Industrial, ou seja, no contexto do estabelecimento da sociedade moderna. Antes disso as taxas de mortalidade e natalidade eram constantemente elevadas, o que acarretava certa estabilidade demográfica.

FASES DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Devido às variações entre as taxas de natalidade e mortalidade, considera-se que a Transição Demográfica possui **quatro fases**, considerando o desenvolvimento em que as sociedades se encontram:


FASE 1 — Também conhecida como Pré-Transição, a primeira fase da Transição Demográfica foi marcada por elevadas taxas de natalidade e mortalidade, o que culminou em um crescimento populacional pequeno. Essa fase é caracterizada por populações majoritariamente do meio rural.

A taxa de natalidade é elevada pela total falta de acesso e conhecimento sobre um planejamento familiar. Além disso, devido ao fato de a maioria das sociedades serem rurais no período de Pré-Transição, o grande número de filhos representava grande quantidade de mão-de-obra disponível para os trabalhos e a economia familiar.

A alta taxa de mortalidade dessa fase se deve a um período de uma medicina ainda pouco desenvolvida, às péssimas condições sanitárias e às constantes guerras e epidemias.

A primeira fase da Transição Demográfica ocorreu na Europa desde o surgimento das primeiras civilizações até a metade do século XVIII. No Brasil, a Pré-Transição perdurou até a década de 1940. Atualmente não há países no mundo que se encontrem nessa fase.

FASE 2 — A queda da mortalidade infantil combinada com a manutenção de altas taxas de natalidade gera crescimento populacional, com um potencial efeito virtuoso — o chamado “bônus demográfico” — uma vez que a proporção da população em idade ativa aumenta.



Nos países europeus essa fase está estritamente relacionada com a Revolução Industrial, período no qual surgem tratamentos para doenças, as condições sanitárias e médico-hospitalares melhoram e se produz alimentos em larga escala. A segunda fase da Transição Demográfica também marca o início da urbanização e da superação da condição rural.

Atualmente, o Haiti e alguns países africanos são exemplos de nações que se encontram nessa fase.

FASE 3 — A taxa de mortalidade se mantém baixa e a taxa de natalidade apresenta uma redução pela primeira vez. Há crescimento vegetativo ocorre, mas em menor velocidade do que na segunda fase.

A consolidação da vida na cidade em detrimento à vida rural é uma característica marcante desse período. A queda na taxa de natalidade pode ser explicada por dois fatores principalmente:

- Os filhos na vida rural eram vistos como recursos humanos para a economia familiar; porém, passam a representar gastos nas cidades.
- O crescente ingresso e participação da mulher no mercado de trabalho dificulta e posterga a decisão de ter filhos. Objetivos profissionais e emancipatórios passam a fazer parte do universo feminino. Além disso, surge também a maioria dos métodos contraceptivos que permitirão colocar em prática o planejamento familiar.

A maior parte dos países em desenvolvimento (industrializados), como Índia e México se encontra nesta fase.

FASE 4 — A quarta fase da Transição Demográfica é resultado da continuação das tendências da fase anterior: **a taxa de natalidade se estabiliza em valores baixos e a taxa de mortalidade (em queda desde a segunda fase) permanece em patamares baixos**. Com isso, o crescimento vegetativo da população também é baixo.

Essa fase é marcada pelo **envelhecimento da população**, sendo relativamente alta a média de idade nos países que passam por esse período. O envelhecimento se deve à **elevada expectativa de vida** (estritamente relacionada com a baixa mortalidade), associada ao **pequeno número de filhos por casal**.

Quando um país se encontra nessa fase, considera-se que sua Transição Demográfica foi encerrada. Japão, Noruega e Suécia são exemplos de nações que se encontram neste grupo.

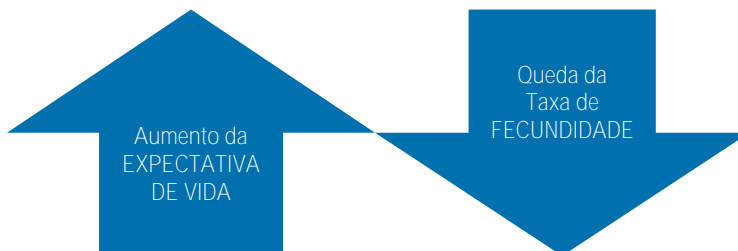
Apesar do modelo de Transição Demográfica de Thompson descrever quatro fases, atualmente se estuda a possibilidade de adicionar o que seria a quinta fase, onde há diminuição na população absoluta. Tal redução se deve a uma queda ainda maior na taxa de natalidade, que chega a ficar menor que a taxa de mortalidade, o que gera um crescimento vegetativo negativo.

“Embora o modelo de transição demográfica original descrito por Warren Thompson apresente apenas quatro etapas, a passagem do tempo permitiu a adição de uma quinta fase na qual a taxa de natalidade permanece baixa, enquanto a mortalidade aumenta levemente devido ao envelhecimento da população. Nessas circunstâncias, o crescimento natural pode se tornar negativo, como aconteceu nos países da Europa central. Assim, nos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental, como Alemanha e Itália, o crescimento natural negativo foi compensado com números positivos do saldo migratório, produzindo uma estagnação da população. A expressão crescimento zero foi uma denominação proposta pelas previsões neomalthusianas do clube de Roma de 1970”.⁵

⁵ https://es.wikipedia.org/wiki/Transici%C3%B3n_demogr%C3%A1fica#cite_note-8 (consultado em novembro de 2019)

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

O envelhecimento populacional pode ser explicado por dois fatores-chave:



Nos últimos anos, o mundo assistiu a uma grande elevação da expectativa de vida ao nascer. O Brasil segue a tendência mundial, sendo projetada para 2030 uma expectativa de vida populacional média de 79 anos.⁶

O citado aumento é causado pelo conjunto de dois fatores: a redução da mortalidade infantil e a maior sobrevivência em idades mais avançadas. Na maior parte do mundo que ainda passa pela segunda e terceira fase da transição demográfica, a redução da mortalidade infantil teve o maior peso na elevação da expectativa de vida. Já nos países desenvolvidos, onde o patamar de mortalidade infantil é baixo, o aumento da sobrevivência dos idosos foi o fator de maior impacto.

Nos últimos sessenta anos, a taxa de mortalidade infantil (TMI) caiu de forma significativa no mundo, passando de 142 óbitos a cada mil nascimentos, em 1950, para 32 a cada mil, em 2015. No Brasil, o processo de convergência da TMI com os melhores padrões internacionais vem ocorrendo desde a década de 1980. A TMI registrada no país em 2015 foi de 13,8 e a estimativa é a de que esse número diminua para a casa de 9 por mil nascimentos até 2030. A título de comparação, nos países de alta renda da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), essa taxa é de 4,1 por mil atualmente.

A redução significativa da taxa de mortalidade infantil no Brasil ocorreu graças a um conjunto de fatores como urbanização, melhoria das condições sociais da população (com destaque para o avanço relativo em saneamento básico) e uma série de ações de saúde pública, como ênfase no período pré-natal, educação e estímulo ao aleitamento materno e vacinação, introdução de agentes comunitários de saúde e a Estratégia de Saúde da Família (ERVATTI; BORGES; JARDIM, 2015⁷).

Assim como a TMI, a taxa de fecundidade também caiu progressivamente em todo o mundo — o que pode ser atribuído à disseminação de métodos contraceptivos, a invenção da pílula anticoncepcional e a entrada da mulher no mercado de trabalho a partir dos anos 1950, época na qual essa taxa era de cerca de 6 filhos por mulher no Brasil, de 5 filhos por mulher no mundo e de um pouco menos de 2 filhos por mulher nos países desenvolvidos. À semelhança do que ocorreu com a TMI, a taxa de fecundidade brasileira se distanciou daquela dos países menos desenvolvidos na segunda metade do século XX, chegando a partir dos anos 2000 (e de forma muito mais acelerada) a um padrão similar ao dos países desenvolvidos, de menos de 2 filhos por mulher.

⁶ Op. Cit., United Nations, 2015.

⁷ Ervatti, L. R.; Borgues, G. M.; Jardim, A. P.: Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções de população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

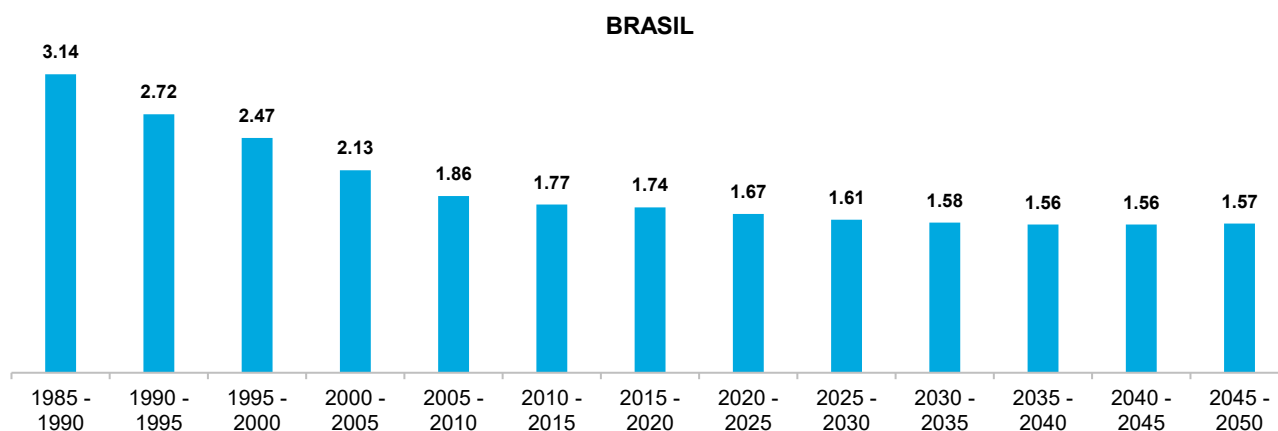
A diferença entre a velocidade observada da transição demográfica nos países desenvolvidos e a prevista para os países em desenvolvimento é bem marcante. Enquanto a França levou aproximadamente 150 anos para que a população acima de sessenta anos passasse de 10% para 20% do total, Brasil, China e Índia deverão ter apenas vinte anos para se adaptar à mesma situação — o que é muito pouco tempo. O ritmo mais acelerado da transição dos países em desenvolvimento poderia ser explicado pelo fato de que estes países puderam se apropriar de maneira mais rápida e consolidada dos avanços tecnológicos e sociais que conduziram à transição demográfica.

Diferenças territoriais também podem ocorrer e ser observadas dentro de um mesmo país. A transição demográfica brasileira reflete as desigualdades regionais do país. Ainda que o aumento do percentual de idosos esteja presente em todas as regiões, o processo está mais avançado nas regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste em função da maior expectativa de vida que apresentam por meio de uma menor TMI. Ressalta-se, contudo, que houve uma expressiva queda da TMI nas regiões Norte e Nordeste.

A taxa de fecundidade também apresenta diferenças entre regiões. A região Norte é a única que ainda apresenta uma taxa equivalente ao nível de reposição populacional (2,1 filhos por mulher). Mesmo para 2030, e conforme as projeções, ainda devem ser marcantes as diferenças regionais no Brasil — um ponto a ser levado em consideração na formulação de políticas públicas.⁸

O Brasil passa por um importante ciclo da transição demográfica. A taxa de natalidade diminuiu de 3,1 filhos por mulher em 1985–1990 para 1,7 em 2015–2020. Embora a tendência deva continuar, a projeção para 2045–2050 é a de níveis ainda menores: 1,57 filhos por mulher. A chamada taxa de reposição é de 2,1 filhos por mulher. Se não for mantida, é provável que a população diminua a longo prazo. A diminuição da taxa de natalidade também contribuirá significativamente para o crescimento da população idosa no Brasil.

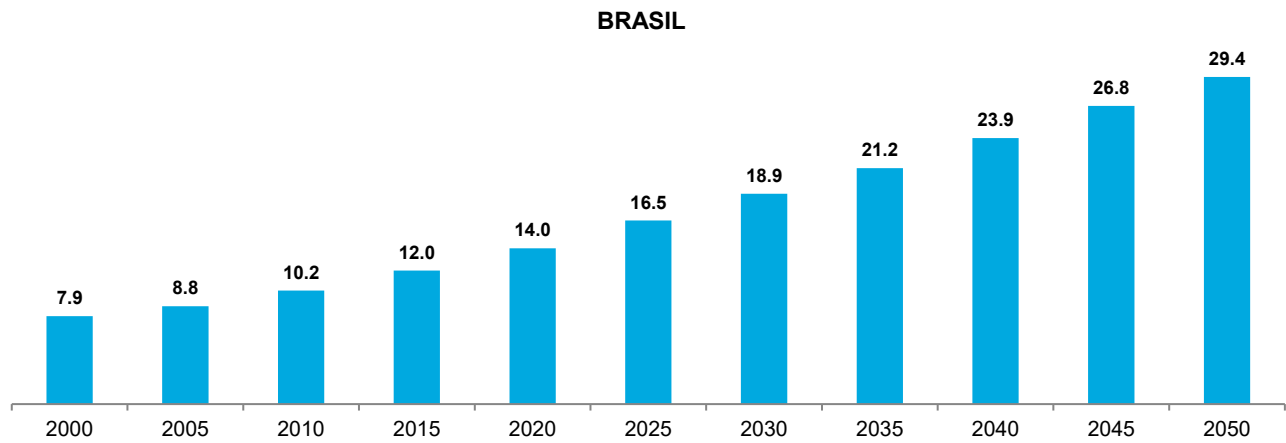
Figura 1 — Fertilidade Total (nascimentos vivos por mulher)



Fonte: UN Population Division — 2017 data, LIMRA International Research.

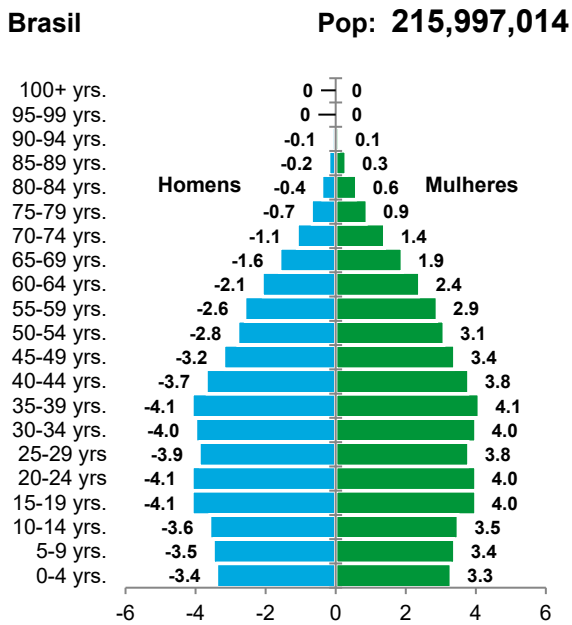
⁸ Reis, C.; Barbosa, L.; e Pimentel, V.: O desafio do envelhecimento populacional na perspectiva sistêmica da saúde; BNDES, 2017.

Figura 2 — Proporção de Pessoas de 60 Anos ou Mais na População Total



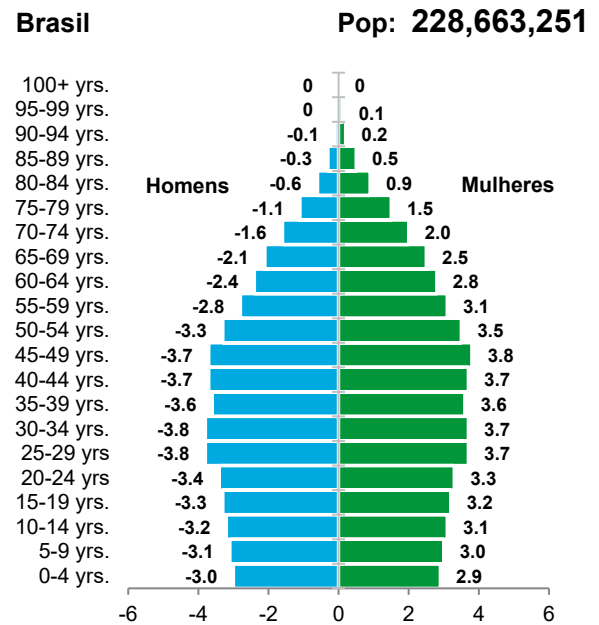
Fonte: UN Population Division — 2017 data, LIMRA International Research.

Figura 3 — Pirâmide Populacional: 2020



Fonte: UN Population Division — 2017 data, LIMRA International Research.

Figura 4 — Pirâmide Populacional: 2030

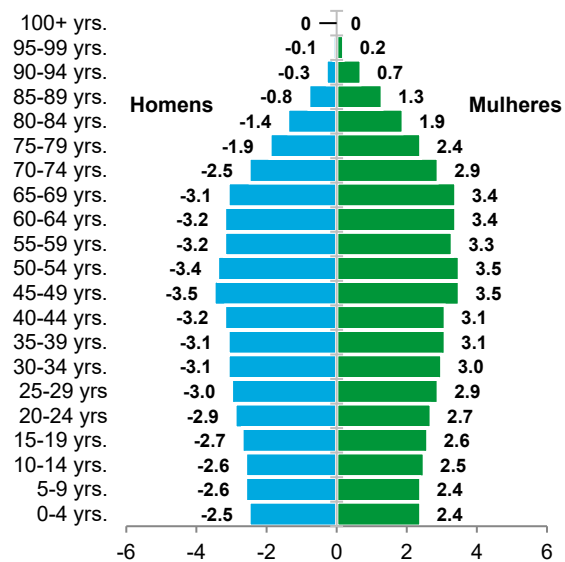


Fuente: UN Population Division — 2017 data, LIMRA International Research.



Figura 5 — Pirâmide Populacional: 2050

Brasil Pop: 238,270,379



Fuente: UN Population Division — 2017 data, LIMRA International Research.

É provável que para o ano de 2050 o segmento de idosos (população de 60 anos ou mais) triplique desde a mudança de século.

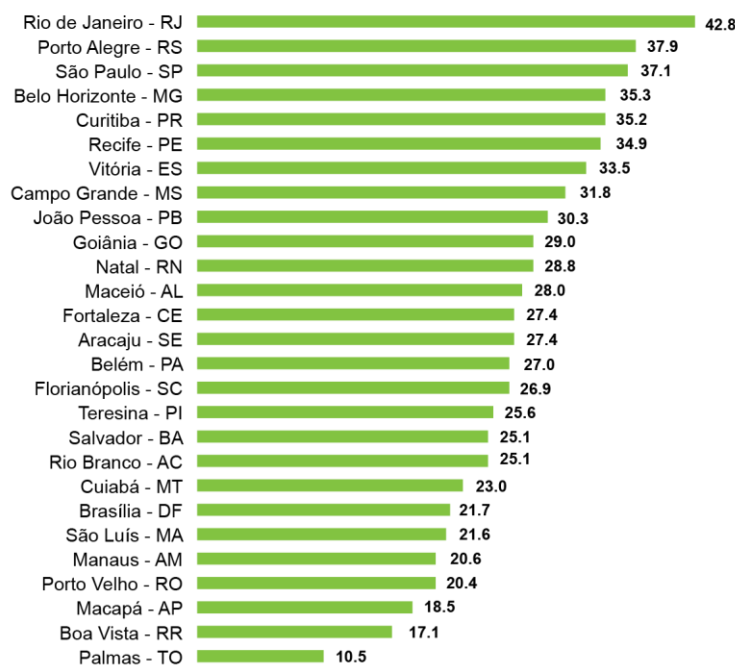
CHEFES DE FAMÍLIAS CADA VEZ MAIS VELHOS

Não há dúvida de que o acentuado declínio na taxa de filhos por mulher fértil é um fenômeno em si mesmo que merece estudos à parte — dado que seus efeitos também serão vistos no consumo de produtos de seguros e de poupança de longo prazo. Porém, em pouco tempo, haverá mais idosos do que jovens e a situação poderá ser bastante precária para os últimos, cada vez mais responsáveis economicamente por seus lares.

As taxas de domicílios unipessoais sob a responsabilidade de idosos são altas e a tendência é que sigam aumentando, principalmente nos estados mais desenvolvidos da região Sudeste onde se encontra o estado do Rio de Janeiro. Mais de 42,8% dos domicílios cariocas e fluminenses estão sob a responsabilidade de adultos com mais de 60 anos — o que significa que esses lares são sustentados com renda previdenciária em sua maior parte.

Figura 6 — Maiores de 60 Anos Responsáveis de Domicílios no Brasil

Proporção de domicílios unipessoais sob responsabilidade de pessoas com 60 anos ou mais, segundo municípios das capitais estaduais



Fonte: Poblete, Hernán: Evolución del Perfil de Ancianos Responsables por los Domicílios en Brasil 1991 - 2010 – IMR (con datos de IBGE, Brasil, 2013).

A maioria dos idosos chefes de família são mulheres, "sendo tal fenômeno mais frequente e observado nas áreas urbanas, ao contrário do que ocorre com a população idosa masculina".⁹

Na presente etapa de transição demográfica brasileira, a participação dos idosos na atividade econômica está estreita, mas não exclusivamente, relacionada ao nível de renda na aposentadoria. Quanto menores os recursos previdenciários, maiores as taxas de participação de idosos na força de trabalho, não sendo assim uma opção voluntária, mas uma obrigação como chefe de família ou para manter o padrão de vida dos anos anteriores. Mais de 70% dos jovens e pré-aposentados do Brasil dizem que continuarão trabalhando após a aposentadoria e, desse grupo, outros 70% afirmam que o farão por obrigação.¹⁰

Em países menos desenvolvidos, os idosos se inserem em empregos informais que não permitem eliminar sua vulnerabilidade socioeconômica. Não há diferenças significativas entre as horas trabalhadas pelos idosos que permanecem no mercado de trabalho e os pré-aposentados da faixa etária de 50 a 59 anos. Porém, os salários pagos aos idosos são notoriamente menores.¹¹

Tabela 4 — Taxas de Atividade Econômica da População de 60 a 64 Anos e 65 Anos*

País	Anos	60–64 anos			65 e mais		
		1990	2000	Mudança percentual	1990	2000	Mudança percentual
Argentina	1990-2001	33.1	48.5	46.5	9.9	13.0	31.3
Brasil	1990-1999	41.8	47.1	12.7	19.7	25.5	29.4
Chile	1990-2000	36.9	42.6	15.4	14.5	17.5	20.7
Colômbia	1992-2000	43.1	40.3	-6.5	21.3	19.2	-9.9
Ecuador	1994-2001	52.7	67.7	28.5	34.1	44.6	30.8
Honduras	1990-2000	57.2	56.7	-0.9	36.9	41.9	13.6
México	1990-2001	40.5	42.5	4.9	21.7	21.3	-1.8
Panamá	1991-2000	33.9	41.2	21.5	21.4	20	-6.5
Paraguai	1990-2001	47.2	60.4	28.0	34.3	39	13.7
Uruguai	1991-2000	38.1	40.3	5.8	10.7	10.1	-5.6
Venezuela	1990-2001	41.7	51	22.3	25.2	28.5	13.1

Fonte: Bertranou, Fabio, "Tendências dos indicadores de emprego e proteção social para idosos na América Latina," versão preliminar, Santiago do Chile, Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2003.

*Em países selecionados da América Latina, 1990 e 2000

Uma proporção significativa de idosos brasileiros permanece economicamente ativa e, como tendência, os dados apontam para um fenômeno que não para de crescer. As taxas de participação dos idosos no mercado de trabalho diminuía constantemente, mas a partir dos anos 1990 passaram a aumentar. O Brasil experimenta aumento nas taxas de participação de pessoas de 60 a 64 e 65 anos ou mais (ver tabela 4 acima).¹²

⁹ Op. Cit. Guidotti, Pag. 11

¹⁰ Op. Cit., Pobleto, et Dias da Cunha.

¹¹ Op. Cit. Guidotti, Pag. 11

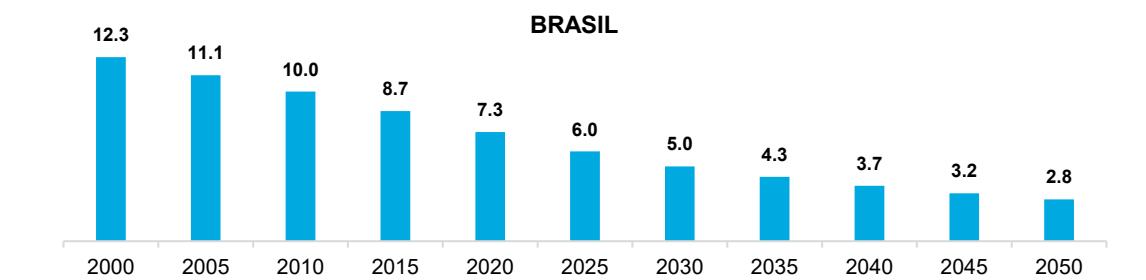
¹² Ibid., Pag. 15

Uma proporção decrescente da população em idade ativa está colocando pressão sobre os sistemas de proteção social.

A taxa potencial de suporte — que compara os números de pessoas em idades ativas com os de pessoas acima dos 65 anos de idade — está caindo em todo o mundo. No Japão, essa taxa é de 1,8 — a menor do mundo. Outros 29 países — a maioria na Europa e no Caribe — já têm taxas potenciais de suporte abaixo de 3. Até 2050, estima-se que 48 países — a maioria na Europa, América do Norte e Leste e Sudeste da Ásia — terão taxas potenciais de suporte abaixo de 2. No Brasil, a taxa potencial de suporte deverá cair mais da metade nos próximos trinta anos.

Esses valores baixos assinalam o potencial de impacto do envelhecimento da população sobre os mercados de trabalho e a performance econômica, bem como as pressões fiscais que muitos países vão enfrentar nas próximas décadas, conforme buscam construir e manter sistemas públicos de cuidados de saúde, pensões e proteção social para pessoas mais velhas.¹³

Figura 7 — Razão de Dependência Demográfica



Fonte: UN Population Division — 2017 data, LIMRA International Research.

Nota: Índice de apoio potencial = Índice de população 15-64 para população 65+.

PRINCIPAIS DESAFIOS DEVIDO AO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

O Brasil passa por um fenômeno de envelhecimento populacional que avança de forma acelerada. As implicações socioeconômicas resultantes da redução da força de trabalho e do aumento de aposentados não podem ser ignoradas.

Os desafios serão cada vez mais pronunciados. O envelhecimento da população associado ao aumento da longevidade, a diminuição da morbidade e os riscos de inflação na área de cuidados médicos trarão enormes dificuldades.

A demanda por serviços de saúde, cuidados prolongados e por renda para a aposentadoria aumentará de forma definitiva. Há uma importância crescente na preparação para a aposentadoria por meio do fornecimento de pensões, economias pessoais e assistência médica.

À medida que um país passa por um ciclo de envelhecimento, ele precisa se preparar, oferecendo produtos de seguros personalizados nos segmentos de proteção à vida, poupança, pensões e saúde para atender às necessidades únicas de seus cidadãos. Há uma grande oportunidade para a indústria seguradora, pois o país precisa começar a se preparar antes que seja tarde demais.

¹³ <https://nacoesunidas.org/populacao-mundial-deve-chegar-a-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu/> (consultado em novembro de 2019)

A transição demográfica que vem ocorrendo ao longo dos últimos 80 anos em alguns países da América Latina está por iniciar uma nova fase que aumentará a dependência.

Tabela 5 — Fases da Transição Demográfica de Thompson

	Países	Taxa de natalidade (%)	Taxa de mortalidade (%)	Diferencial (+ -)	Características
Fase 1	Nenhum	40-50	40-50	de +10 a -10	Taxas de mortalidade observadas apenas na primeira metade do século XX.
Fase 2	República do Chade (centro-norte da África)	45,75	14,37	31,38	A taxa de natalidade é alta e a mortalidade cai acentuadamente, produzindo um aumento da população.
Fase 3	Peru	20,02	5,62	14,40	A taxa de natalidade começa a diminuir e, embora a mortalidade continue a cair, o crescimento da população permanece positivo.
	México	19,1	4,76	14,34	
Em transição a Fase 4	Colômbia	16,8	5,82	10,98	Natalidade e mortalidade começam a apresentar uma tendência de valores semelhantes, de modo que o crescimento é insignificante e a migração assume um papel fundamental para o crescimento da população.
	Argentina	17,72	7,78	9,94	
	Brasil	14,93	6,07	8,86	
	Chile	13,39	5,11	8,28	
Em transição a Fase 5	Japão	8,2	10,1	-1,9	A taxa de natalidade continua a cair até se situar abaixo da taxa de mortalidade que, por sua vez, passa a aumentar pela idade média avançada da população. O crescimento populacional é, portanto, negativo.

*Por cada 1000 pessoas

Fonte: Com dados de 2013 — <https://es.actualitix.com/pais/wld/tasa-de-natalidad-por-pais.php>

Nota: Os casos extremos do Chade e do Japão são mostrados para representar graficamente a localização dos países selecionados no estudo

Com base nos estudos LIMRA e SOA sobre aposentadoria na América Latina e Ásia, este relatório destacará o que os consumidores brasileiros pensam sobre os desafios gerados pela aposentadoria e como planejam lidar com seus diversos riscos. O estudo também esclarecerá como instituições e consultores financeiros podem ajudar seus clientes a resolver problemas desenvolvendo novos produtos e soluções. O setor de serviços financeiros do Brasil é forte o suficiente para sustentar os desafios futuros do envelhecimento de sua população, dada a escala e o ritmo da transição demográfica no país?



Estruturas dos Atuais Sistemas Previdenciários e Seus Desafios

A palavra previdência tem como significado o ato de se precaver, se preparando previamente para determinadas situações ou imprevistos. No Brasil, os planos de poupança para a aposentadoria são chamados de planos de previdência.

Nos últimos anos, o Brasil empreendeu reformas para introduzir ou ajustar as opções de planos de previdência disponíveis para seus cidadãos. No entanto, ainda há muito a ser feito para que os níveis de cobertura e adequação cubram a maior parte dos brasileiros. O atual sistema previdenciário brasileiro se configura em uma combinação de um regime público de repartição (a chamada previdência social) com um regime privado de capitalização individual (a chamada previdência complementar privada).

O sistema da previdência social é considerado um direito do cidadão e dever da sociedade. Tem caráter universal na forma de um sistema de proteção social que assegura o sustento dos trabalhadores e de suas famílias em casos não só de morte e idade avançada, mas também com benefícios em casos de doença, acidente, gravidez e prisão. No atual governo de Jair Bolsonaro, a Secretaria de Previdência é subordinada ao Ministério da Fazenda e é quem administra a previdência social no Brasil. As políticas relacionadas a essa área são implementadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os trabalhadores contribuem diretamente, de modo voluntário, ou através de seus empregadores ao Fundo de Seguridade Social. Os funcionários públicos brasileiros têm seus próprios sistemas de previdência social.

A previdência complementar privada está organizada sob os auspícios da Lei Complementar nº 109 de 2001, sancionada no governo de Fernando Henrique Cardoso que a criou em dois níveis: o das entidades fechadas, específicas dos empregados de determinada empresa ou grupo de empresas; e o das entidades abertas, acessíveis a qualquer um que subscreva e custeie o seu plano de benefícios.¹⁴

PREVIDÊNCIA SOCIAL


A previdência social no Brasil tem como missão “garantir proteção ao trabalhador e sua família por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social.”¹⁵ Ela já passou por várias mudanças conceituais e estruturais, envolvendo o grau de cobertura, o elenco de benefícios oferecidos e a forma de financiamento do sistema. Atualmente está voltada a substituir a renda do segurado-contribuinte quando da perda de capacidade de trabalho por um dos chamados riscos sociais: doença, invalidez, idade avançada, morte, desemprego involuntário, maternidade e reclusão. Os atuais benefícios da Previdência Social são:¹⁶

¹⁴ <http://www.abrapp.org.br/SitePages/DadosInstitucionais.aspx>

¹⁵ <https://www.inss.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/PEP-cartilha-Aprendendo-Previdencia-Social.compressed.pdf>

¹⁶ <https://www.inss.gov.br/orientacoes/perguntas-frequentes>

- **Aposentadoria por idade** — benefício concedido ao segurado da Previdência que atingir a idade considerada risco social. Têm direito ao benefício os trabalhadores urbanos a partir dos 65 anos para homens e a partir dos 62 anos de idade para mulheres. Os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos. A reforma da previdência eliminou a aposentadoria por tempo de contribuição, mas introduziu regras de transição para os trabalhadores que já faziam parte do sistema que permitem aposentadorias antes das idades mínimas, mas provavelmente com benefícios reduzidos.
- **Aposentadoria por invalidez** — benefício concedido aos trabalhadores que, por doença ou acidente, forem considerados pela perícia médica do INSS incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento. Não tem direito à aposentadoria por invalidez quem, ao se filiar à Previdência Social, já tiver doença ou lesão que geraria o benefício, a não ser quando a incapacidade resultar no agravamento da enfermidade. Quem recebe aposentadoria por invalidez deve se submeter à revisão por perícia médica de dois em dois anos, caso contrário, o benefício é suspenso. A aposentadoria deixa de ser paga quando o segurado recupera a capacidade de trabalhar. Para ter direito ao benefício no caso de doença é exigido um tempo mínimo de 12 meses de contribuição para a Previdência Social. O prazo de carência não se aplica aos casos de acidentes, mas é preciso estar inscrito no sistema da Previdência Social.
- **Aposentadoria especial** — benefício concedido ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para ter direito à aposentadoria especial, o trabalhador deve comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais pelo período exigido para a concessão do benefício (15, 20 ou 25 anos) e com a aprovação da reforma da previdência foram introduzidas idades mínimas (55, 58 e 60 anos) dependendo do tipo de exposição ao risco. Assim como na aposentadoria por tempo de contribuição, é necessário cumprir com o período de carência.
- **Auxílio-doença** — benefício concedido ao segurado impedido de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo empregador, exceto o doméstico, e a Previdência paga a partir do 16º dia de afastamento do trabalho. Para os demais segurados, o INSS paga o auxílio desde o início da incapacidade e enquanto ela perdurar. Para concessão de auxílio-doença é necessária a comprovação da incapacidade em exame realizado pela perícia médica do INSS. Para ter direito ao benefício, o trabalhador tem de contribuir para a Previdência Social por, no mínimo, 12 meses (carência).
- **Auxílio-acidente** — benefício pago ao trabalhador que sofre um acidente e fica com sequelas que reduzem sua capacidade de trabalho. É concedido para segurados que recebiam auxílio-doença. Não é exigido tempo mínimo de contribuição, mas o trabalhador deve ter qualidade de segurado e comprovar a dificuldade para continuar desempenhando suas atividades por meio de exame da perícia médica do INSS. O auxílio-acidente, por ter caráter de indenização, pode ser acumulado com outros benefícios pagos pela Previdência, exceto aposentadoria. O benefício deixa de ser pago quando o trabalhador se aposenta. O valor corresponde a 50% do salário de benefício que deu origem ao auxílio-doença corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio-acidente.
- **Auxílio-reclusão** — benefício devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso sob regime fechado ou semiaberto.

- 
- **Pensão por morte** — benefício pago à família do trabalhador quando ele morre. Não há tempo mínimo de contribuição, mas é necessário que o óbito tenha ocorrido enquanto o trabalhador tinha qualidade de segurado. Se o óbito ocorrer após a perda da qualidade de segurado, os dependentes terão direito a pensão desde que o trabalhador tenha cumprido, até o dia da morte, os requisitos para obtenção de aposentadoria. Após a aprovação da reforma da previdência, a pensão corresponderá a 50% + 10% por dependente limitado a 100% do benefício que o assistido recebia ou, caso já fosse elegível, do benefício que o falecido teria direito na data do óbito considerando a idade e o tempo de contribuição para o INSS.
 - **Pensão especial (Síndrome da Talidomida)** — benefício específico aos portadores da Síndrome da Talidomida nascidos a partir de 1º de março de 1958, data do início da comercialização da droga denominada Talidomida no Brasil. Trata-se de uma pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível. O benefício é concedido por meio de constatação, através de perícia-médica do INSS, de que a deformidade física possuída é decorrente do uso do fármaco que foi habitualmente prescrito às gestantes entre 1958 e 1962, tendo como efeito colateral deformidades físicas graves e anomalias nos fetos. Como forma de reconhecimento pelo erro do estado em gerir o controle da saúde pública, bem como pelo dever de “indenização/reparação” dos danos, em 20 de dezembro de 1982 foi publicada a Lei nº 7.070/82, a qual dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos. O valor da pensão é calculado a partir dos pontos indicadores da natureza e do grau da dependência decorrente da malformação.
 - **Salário-maternidade** — benefício previdenciário pago à segurada gestante, adotante ou que tenha realizado aborto não criminoso, durante o período de afastamento de suas atividades, no prazo de 28 dias antes e 91 dias após o parto. Não há carência para a segurada com emprego de carteira assinada. Para as seguradas contribuintes individuais e segurada facultativa, o prazo de carência é de dez contribuições mensais. Para a segurada especial, em regime de economia familiar, é devido o benefício desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos doze meses imediatamente anteriores ao início do benefício.
 - **Salário-família** — benefício pago aos segurados e aos trabalhadores avulsos de acordo com o número de filhos ou equiparados que possua. Filhos maiores de 14 anos não têm direito, exceto no caso dos inválidos (para quem não há limite de idade). Para ter direito, o cidadão precisa enquadrar-se no limite máximo de renda estipulado pelo governo federal. Não é exigido tempo mínimo de contribuição.
- Todo trabalhador com carteira assinada é automaticamente filiado à Previdência. Quem trabalha por conta própria precisa se inscrever e contribuir mensalmente para ter acesso aos benefícios previdenciários. São segurados da Previdência Social os empregados, os empregados domésticos, os trabalhadores avulsos, os contribuintes individuais e os trabalhadores rurais. Até mesmo quem não tem renda própria, como as donas de casa e os estudantes, pode se inscrever na Previdência Social. Para se filiar é preciso ter mais de 16 anos.

PEQUENA HISTÓRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

A previdência social brasileira possui uma história que se inicia em 1888 com o decreto nº 9.912-A, de 26 de março de 1888, que regulou o direito à aposentadoria dos empregados dos Correios e fixava os requisitos para a aposentadoria em 30 anos de serviço e idade mínima de 60 anos. Ainda em 1888 foi criada a Lei nº 3.397 que instituiu a Caixa de Socorros em cada uma das Estradas de Ferro do Império.


Em 1923 a previdência social propriamente dita e como concebida nos dias de hoje começou a ser desenhada através da chamada Lei Elói Chaves (o autor do projeto) que determinou a criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de cada empresa ferroviária.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930 o regime previdenciário da Lei Elói Chaves foi sendo estendido aos trabalhadores de outros setores da economia, como os portuários marítimos, os trabalhadores dos serviços telegráficos e radiotelegráficos. Em 1931 o regime foi aberto aos empregados dos demais serviços públicos e em 1932 foram incluídos os trabalhadores do setor de mineração.

A primeira instituição brasileira de âmbito nacional foi criada em 1933 através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos. Já em 1943, o decreto-lei nº 5.452 aprovou a consolidação das leis trabalhistas e elaborou o primeiro projeto de consolidação das leis de previdência social. Em 1945 se estabelece que as aposentadorias e pensões não poderiam ser inferiores a 70% e 35%, respectivamente, do salário mínimo. Entre 1949 e 1953 foram aprovadas a chamada aposentadoria ordinária (por tempo de serviço) e o novo regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes que facultou a filiação dos profissionais liberais como autônomos.

Em 1960 a previdência social começa a ser organizada de forma a unificar a legislação referente aos Institutos de Aposentadorias e Pensões através da Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS) e do Regulamento Geral da Previdência Social. A Lei nº 3.841, de 15 de dezembro de 1960, dispôs sobre a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço prestado à União, autarquias e sociedades de economia mista. Durante a década de sessenta a previdência social passou por uma comissão interministerial com representação classista para propor a reformulação do sistema geral. O decreto-lei nº 72 de 1966 reuniu os seis Institutos de Aposentadorias e Pensões no Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. Em 1969 a previdência social foi estendida aos trabalhadores rurais, seis anos depois da criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

Durante o regime militar, a princípio da década de setenta, é estruturado o Ministério do Trabalho e Previdência Social (1971) e os empregados domésticos são incluídos na previdência social (1972). Em 1974 o governo militar criaria um outro ministério, desmembrado de seu predecessor — o Ministério da Previdência e Assistência Social. Ainda em 1974 o poder executivo constituiu a empresa de processamento de dados da previdência social, criou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, instituiu o amparo previdenciário aos maiores de 70 anos ou inválidos (também conhecido como renda mensal vitalícia) e estendeu a cobertura especial de acidentes de trabalho aos trabalhadores do campo. Em 1975 foi a vez do servidor público federal e da atividade privada ter o tempo de serviço estipulado para efeito de aposentadoria. Em julho de 1977, a lei nº 6.435 dispõe sobre previdência complementar aberta e fechada e tem a Secretaria de Previdência Complementar regulamentada seis meses depois. No mesmo ano é criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — SINPAS — orientado, coordenado e controlado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, responsável “pela proposição da política de previdência e assistência médica, farmacêutica e social, bem



como pela supervisão dos órgãos que lhe são subordinados” e das entidades a ele vinculadas. Já para o final do regime militar, entre 1979 e 1982, o governo aprovou o regulamento de benefícios da previdência social, o regulamento de custeio e de gestão administrativa, financeira e patrimonial da previdência social.


A década de oitenta viu a redemocratização do país. Em janeiro de 1984 foi aprovada uma nova consolidação das Leis da Previdência Social e no ano seguinte houve alteração do regulamento de custeio da previdência. Já em 1986 foram instituídos o seguro-desemprego e um grupo de trabalho para “realizar estudos e propor medidas para reestruturação das bases de financiamento da previdência social e para reformulação dos planos de benefícios previdenciários.”

No início dos anos noventa, com o governo de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito por voto direto desde Jânio Quadros em 1961, o Ministério da Previdência e Assistência Social é extinguido e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social volta a ser aquele responsável pelo sistema público de previdência. O Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, criou o Instituto Nacional do Seguro Social — INSS, mediante a fusão do IAPAS com o INPS. Em 1991 a Lei Complementar nº 70 instituiu a contribuição para financiamento da Seguridade Social, elevando a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras. Ao longo de 1992, ano do impeachment de Collor, foram feitas novas redações do regulamento dos benefícios da previdência social, da organização e do custeio da seguridade social; e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social deixou de existir para dar lugar ao Ministério da Previdência Social. Em 1993, já sob o governo de Itamar Franco, vice de Collor, é aprovada a lei que dispõe sobre a comunicação ao Ministério Público Federal de crimes de natureza tributária. Em 1994 veio o Plano Real que deu fim à escalada inflacionária que havia chegado a 5.000% ao ano. A Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, transformou o Ministério da Previdência Social (MPS) em Ministério da Previdência e

Assistência Social (MPAS). O Decreto nº 1.744 regulamentou a concessão de benefício de prestação continuada à pessoa portadora de deficiência ou idosa e extinguiu o auxílio-natalidade, o auxílio-funeral e a renda mensal vitalícia.

Em 1998, já sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, o então Ministro da Fazenda de Itamar Franco, ocorre a primeira grande reforma da previdência social desde a redemocratização e a formulação da Constituição Federal de 1988 através da Emenda Constitucional nº 20 que traz como principais mudanças o limite de idade nas regras de transição para a aposentadoria integral no setor público (fixado em 53 anos para homens e 48 para mulheres), novas exigências para as aposentadorias especiais, mudança na regra de cálculo de benefício com a introdução do fator previdenciário. Ainda em 1998 foi promulgada a lei 9.717 que dispunha sobre regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos militares.

Os anos 2000 começam com a eleição do então líder sindical e deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva e a promessa de um governo eleito para fortalecer os direitos sociais dos cidadãos brasileiros. Em 2003 este governo aprova uma reforma da previdência que visava essencialmente corrigir distorções do setor público, mas que por outro lado foi bastante impopular junto ao partido do próprio presidente que teve de enfrentar protestos violentos e greve de servidores por ter, dentre outros pontos, taxado em 11% servidores inativos, fixado idade mínima para a aposentadoria e estabelecido teto para o benefício nas esferas federais, estaduais e municipais. Ainda no governo Lula houve outra Emenda Constitucional que em 2005 instituiu novas regras, podendo ser destacado algo inédito: a previsão de um sistema de cobertura previdenciária com contribuições e carências reduzidas para beneficiar trabalhadores de baixa renda e aqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente a trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a famílias de baixa renda, estando garantido o benefício a um salário mínimo.



Depois de dois mandatos, Lula consegue eleger em 2010 sua sucessora, Dilma Rousseff. Já em 2012 o governo do Partido dos Trabalhadores faz as duas últimas alterações antes da reforma do atual governo de Jair Bolsonaro. Ambas as reformas foram direcionadas aos servidores públicos. Na primeira o objetivo foi rever as aposentadorias por invalidez para que o cálculo passasse a ser realizado com base na média das remunerações do servidor e não de acordo com a última remuneração. Na segunda alteração ficou estabelecida a idade para a aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos. Por meio das reformas do governo Dilma é instituída a fórmula 85/95 (a soma da idade + o tempo de contribuição respectivamente para homens e mulheres).

Em agosto de 2016, na metade de seu segundo mandato, Dilma sofre um processo de impeachment. Seu vice, Michel Temer, assume e tenta aprovar uma nova reforma, mas fica sem apoio e fracassa. A reforma de Temer foi a primeira a sugerir idade mínima para a aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres. O exigido, porém, aumentaria conforme a expectativa de vida da população. Especialistas afirmavam que em 2060 seria de 67 anos. Além da idade, o trabalhador também precisaria contribuir ao INSS por pelo menos 25 anos para obter benefício. Para que o aposentado recebesse o valor integral do benefício, ele teria que contribuir por 49 anos. A reforma não fazia distinção entre trabalhadores urbanos e rurais e entre homens e mulheres.


A NOVA PREVIDÊNCIA

Em 2019 Temer passa o cargo ao novo presidente eleito, Jair Bolsonaro. Esta eleição marca uma mudança de ideologia socioeconômica e política: sai o Partido dos Trabalhadores que esteve 14 anos no poder e entra um governo mais de extrema-direita e com agenda neoliberal. O novo governo envia a proposta de uma nova reforma da previdência dentro dos 100 primeiros dias da administração e não poupa esforços em conseguir o apoio do Congresso, do Senado e da população. A urgência da reforma, segundo o Ministério da Economia, visa buscar o ajuste fiscal para evitar o colapso das contas públicas. Sete governadores já tinham

decretado estado de calamidade financeira. A dívida pública interna do País havia crescido em um cenário de altas taxas de juros. A reforma da Previdência também se torna uma exigência do mercado financeiro, que depende desse ajuste para evitar perdas do capital especulativo e debelar o déficit fiscal crescente para não afundar a União, Estados e Municípios. Enviada em fevereiro de 2019, a proposta vem a ser aprovada em novembro do mesmo ano depois de um intenso debate e modificações para que não terminasse demasiadamente enfocada em superávit, a um custo social talvez desconsiderado para um país com as dimensões continentais do Brasil, com renda per capita baixa e grandes diferenças regionais.

Em resumo, as principais mudanças definidas pela reforma foram:

- **Idade mínima para se aposentar:** 62 anos para mulheres e 65 anos para homens
- **Tempo mínimo de contribuição:** 15 anos para mulheres e homens (20 anos para homens que começarem a trabalhar depois que a reforma entrar em vigor, em novembro de 2019)
- **Cálculo do valor da aposentadoria:** mulheres terão que contribuir por 35 anos para conseguir 100%; homens, por 40 anos
- **Cálculo da média dos salários:** média será calculada com base em 100% dos salários; hoje são usados só os 80% maiores salários desde 1994 e descartados os 20% menores
- **Servidores públicos:** mulheres podem se aposentar aos 62 anos e homens aos 65 anos, ambos com mínimo de 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no mesmo cargo
- **Transição:** quem está no mercado de trabalho pode entrar em uma de cinco regras de transição para se aposentar antes
- **Novo cálculo do valor da pensão por morte:** 50% da aposentadoria mais 10% por dependente, mas não pode ser menor que um salário mínimo



O debate sobre a crise da previdência social brasileira está sendo feito pelo novo governo mais através de uma lógica da economia (solidez financeira do regime previdenciário, gestão com superávit) e menos da dimensão humana envolvida (perda de poder aquisitivo e qualidade de vida da família, principalmente para os idosos). Por exemplo, um dos pontos aprovados da Nova Previdência é a mudança da fórmula de cálculo das aposentadorias. Até agora, o INSS fazia a média sobre os 80% maiores salários de contribuição. A mudança instituída deixará de descartar os menores recolhimentos, o que na prática irá diminuir futuras aposentadorias de trabalhadores que contribuíram sobre valores acima de um salário mínimo ao longo de suas vidas. Quando se pensa no impacto da inflação sobre as reduzidas aposentadorias de um futuro não muito distante, o quadro se torna ainda mais preocupante.

O atual governo propôs o que chamou de uma “Nova Previdência” baseada em três pilares; 1) o velho regime de repartição simples para os que não puderem participar, dado seu nível de renda, de um novo regime de capitalização; 2) o pilar social, qual seja aquele que beneficiaria as camadas menos favorecidas da população; e 3) o regime de capitalização individual para quem dispõe de renda para efetuar contribuições regulares. Neste último e novo pilar a capitalização seria feita “na modalidade de contribuição definida, de caráter obrigatório para quem aderir, com a previsão de conta vinculada para cada trabalhador e de constituição de reserva individual para o pagamento do benefício”.¹⁷ Este ponto da proposta não foi aprovado pelo Congresso brasileiro, ficando de fora da reforma. Porém, o governo já emitiu nota dizendo que irá avaliar nova proposta de criar um sistema de capitalização sem alterar a Constituição. Até a redação final deste relatório, o ministro da economia ainda não havia se pronunciado se isso seria feito ainda em 2019.

Articuladores políticos do Governo receberam da base aliada o alerta de que a matéria poderia “competir” com outras pautas tidas como “mais prioritárias” para este ano, como as reformas administrativa e tributária.¹⁸


A proposta do Ministério da Economia é fazer com o que o sistema de repartição seja gradualmente substituído pelo de capitalização individual para uma parcela da população que ganha a partir de uma determinada renda. A ideia é que não haja alterações em relação ao formato atual de contribuição para quem ganha até um determinado salário, ou seja, continuaria o regime de repartição. Para quem ganha acima do montante que vier a ser estipulado, haveria uma segunda contribuição sobre a parcela acima do valor de referência, direcionada à conta individual capitalizada.

A substituição visa um corte demográfico a partir de 2014, tendo efeito direto para quem entrar no mercado de trabalho (ou se inscrever no sistema da previdência social aos 16 anos de idade) a partir de 2030. A visão do grupo de discussão que elaborou esse desenho híbrido com base em recomendações do Banco Mundial é a de que ele suaviza o custo de transição. Do contrário, a migração integral deixaria o governo sem receitas para pagar os benefícios das gerações anteriores que contribuíram para o antigo sistema, acentuando o déficit bilionário que já existe hoje. O desenho híbrido, portanto, diminuiria a perda de arrecadação do governo, pois apenas uma parte do salário seria investida no mercado, enquanto o resto continuaria fazendo caixa para o INSS.

Segundo a proposta, o valor de referência para definir quem também deve contribuir no modelo de capitalização seria de R\$4,72 mil em 2030, caindo para R\$3,95 mil em 2040, quando se encerraria a transição. Depois disso, de acordo com o modelo, o ponto de corte para ingressar na capitalização seria equivalente a 70% do teto do INSS.

¹⁷ Governo do Brasil: Proposta de Emenda à Constituição 06/2019: Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, 2019

¹⁸ <https://jornaldebrasil.com.br/blogs-e-colunas/proposta-de-capitalizacao-na-previdencia-divide-o-governo/>



Ainda que o plano esteja há 11 anos de distância na prática, caso a capitalização valesse a partir de agora, seriam atingidos 4 milhões de contribuintes ativos do INSS — aqueles com renda acima de R\$4,7 mil mensais, ou 7,9% do total. O contingente de contribuintes para as contas capitalizadas subiria para 5,8 milhões, ou 11,4% do total, com o valor de referência menor, de R\$ 3,8 mil mensais, do período de encerramento da transição de regimes previdenciários. Se a capitalização vigorasse para quem ganha acima de R\$ 2,8 mil mensais, abarcaria 9,3 milhões de contribuintes, ou 18,2% do total.¹⁹ Com isso, a atual proposta do governo estaria deixando boa parte da população brasileira de classe média e média baixa em situação previdenciária delicada. Como demonstra estudo de Ana Maria Bonomi Barufi²⁰ “desde meados de 2014, 2,6 milhões de indivíduos deixaram as Classes A e B e 3,7 milhões de indivíduos deixaram a Classe C, e a contrapartida disso foi um aumento das Classes D e E em 6,5 milhões de indivíduos”. Não é preciso uma bola de cristal para prever que esse contingente, com a piora no mercado de trabalho, não conseguiria atender as exigências de poupança da capitalização individual e ficaria socialmente mais vulnerável – sobretudo porque o mercado de trabalho brasileiro está muito longe de viver o pleno emprego.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quatro em cada dez trabalhadores no país são trabalhadores informais. E dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de janeiro de 2019 mostram que dos 91,8 milhões de trabalhadores, em média, que estão na força de trabalho do país em 2018, 41 milhões estão em situação de informalidade, cerca de 44% do total, mesmo

percentual de 2017. A informalidade tem diferentes causas: seja pelos trabalhadores terem emprego sem carteira assinada (15,7 milhões, incluindo empregados domésticos), por trabalharem por conta própria (23,2 milhões) ou mesmo por trabalharem com a família sem receberem salários (2,1 milhões). Segundo a pesquisa, a desocupação é a principal saída encontrada para a subsistência de pessoas de baixa renda quando não há emprego formal. “A falta da proteção social e todos os benefícios que a formalidade garante não existe na informalidade, que tem crescido de maneira agressiva”.²¹ Nos Estados Unidos, por exemplo, não houve a substituição, mas a manutenção dos dois sistemas: “39,2% dos americanos idosos teriam renda abaixo da linha oficial da pobreza se não contassem com os benefícios da previdência social”.²²

O sistema de capitalização individual precisa de capacidade de poupança e consumo para funcionar. Quando se pensa nesse sistema dentro de um regime de previdência social de um país de baixa renda per capita com diferenças regionais de renda real e produtividade, e um mercado de trabalho instável, a conta parece não fechar. Mesmo em outros países, e ainda em épocas e contextos diferentes do Brasil, os especialistas em economia concordam que os grupos de renda mais elevada poupam uma proporção maior de suas rendas e que uma distribuição mais desigual da renda pode reduzir a proporção média da poupança, em vez de aumentá-la.²³ É o que o Chile está provando por A + B com a crise social que se desvelou em outubro de 2019 — um mês antes da reforma previdenciária do governo Bolsonaro no Brasil. Isso quer dizer que para aumentar a capacidade de poupança e


¹⁹ <https://exame.abril.com.br/economia/equipe-de-bolsonaro-avalia-renda-minima-para-capitalizacao/> (Consultado em novembro de 2019)

²⁰ BARUF, Ana Maria Bonomi, [Movimento recente de retorno para as Classes D e E parece ser conjuntural](#), Destaque Depec Bradesco, Ano XIII, Número 133, 13 de janeiro de 2016.

²¹ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads> (Consultado em novembro de 2019)

²² ROMIG, Kathleen, [Social Security Lifts More Americans Above Poverty Than Any Other Program](#), Center on Budget and Policy Priorities, 5 de novembro de 2018.

²³ NURKSE, Ragnar, [Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos](#), Editora Civilização Brasileira, 1957.



consumo, é preciso elevar a renda per capita e a produtividade para além do assistencialismo, e com incentivo concreto ao empreendedorismo — dever de casa que o Chile não conseguiu fazer ao longo dos últimos quarenta anos.

Como explica Martine Bulard²⁴ — a capitalização individual sempre foi “apresentada como a solução miraculosa que deveria aportar segurança e prosperidade aos aposentados, diante de um sistema público de previdência em situação terminal, esmagado pelo choque demográfico.” E destaca que “nos fundos com contribuição definida, poupador depende da empresa para não quebrar. Nos fundos cotizados, ele depende das ações e das taxas de juros no momento da saída”. Por isso, as “futuras aposentadorias desabam ao mesmo tempo que os mercados financeiros”. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os trabalhadores da Enron e da WorldCom nos Estados Unidos, que “perderam mais do que dois bilhões de dólares combinados em poupanças de aposentadoria”. A vulnerabilidade de um sistema quando está sob controle apenas do mercado financeiro é incompatível com o aspecto social inerente a uma previdência pública.

Já em 2004, um relatório²⁵ da Associação Nacional dos Participantes da Petros — fundo de pensão da Petrobrás — dizia que, na prática, “os saldos da maioria dos planos de contribuição definida são, na verdade, bastante baixos e proporcionam pouca esperança no financiamento de uma aposentadoria decente”. E seguida com um diagnóstico minucioso entre teoria e prática: “os planos de contribuição definida portam sérios riscos além das diminuições em potencial do rendimento da aposentadoria. Os empregadores podem e cortam suas contribuições quando a situação econômica fica ruim; os trabalhadores, com frequência, retiram dinheiro dessas contas e não o utilizam para a aposentadoria; e a maioria das distribuições da

quantia total não são reinvestidas nas contas de aposentadoria, principalmente pelos jovens (quem mais se beneficiaria com o investimento a longo prazo) e pelos trabalhadores mal remunerados e com menos posses em geral (que, mais provavelmente, podem precisar de apoio financeiro extra ao se aposentar). Cada vez mais, processos judiciais são movidos contra empresas devido à forma como administram seus planos de contribuição definida. Ao passar dos planos de benefício definido para os de contribuição definida, os empregadores se livram dos custos, mas eles fazem isso transferindo o risco e os custos para os trabalhadores”. Fica a pergunta: será que a ideia do governo de mudar gradativamente o regime de repartição para o de capitalização individual não teria o mesmo objetivo? O Estado deveria operar como uma empresa? No contexto da quarta fase de Transição Demográfica para a qual o país se encaminha, de elevada expectativa de vida associada a um reduzido número de filhos por casal, a previdência social deixaria de lado sua missão “de política solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social”?


O Brasil tem, portanto, um desafio tão grande quanto seu território em termos de sua previdência social, e precisa encontrar “a fórmula da Coca-Cola” rapidamente para fazer frente a seu acelerado processo de envelhecimento populacional.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA

A previdência complementar privada está organizada no Brasil através da Lei Complementar nº 109 que a criou em dois níveis, o das entidades fechadas, específicas dos empregados de determinada empresa ou grupo de empresas, e o das entidades abertas, acessíveis a qualquer um que subscreva e custeie o seu plano de benefícios para a aposentadoria.

²⁴ Bulard, Martine, [Traídos pelos Fundos de Pensão](#), Le Monde Diplomatique Brasil, 1º de maio de 2003.

²⁵ Associação Nacional dos Participantes da Petros, [A Aposentadoria em Risco](#), julho de 2004.



O regime de Previdência Complementar possui as seguintes características:

- Tem caráter complementar e facultativo (voluntário), organizado de forma autônoma em relação aos regimes de previdência social e próprios.
- Baseado na constituição de reservas (poupança) que garantem o benefício contratado.
- É operado pelas Entidades Fechadas ou Abertas de previdência complementar.

O sistema complementar fechado é caracterizado pela necessidade de existência de vínculo entre o patrocinador ou instituidor e o participante e contempla vantagens para ambas as partes da relação. O sistema está disponível somente aos empregados de uma empresa e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.

As entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) não têm fins lucrativos, são mantidas pelas contribuições de patrocinadores e participantes e, por isso, podem possibilitar taxas de administração menores (até mesmo nulas) e excelentes rentabilidades para os recursos investidos em razão de ganhos de escala. As entidades são administradas por estruturas deliberativas que permitem a participação de participantes, patrocinadores e instituidores na tomada de decisão.

O participante tem a vantagem de dedução tributária de até 12% de sua renda bruta tributável e a possibilidade de optar pela forma de incidência da tributação (regressiva ou progressiva), para fins de imposto de renda. Já para o patrocinador, podem ser reduzidas, como despesas operacionais, as contribuições das empresas para planos de benefícios até o limite de 20% da folha de salários. Essas contribuições não se vinculam ao contrato de

trabalho e não geram outros custos, como encargos sociais. Neste sentido, empresas que oferecem a seus empregados planos de benefícios previdenciários remuneram melhor com menos custos e podem usar o plano de benefícios como diferencial para atração dos melhores profissionais do mercado, mecanismo para retenção de talentos e aumento da produtividade e da satisfação do quadro de pessoal.

Para os instituidores, existe um fortalecimento do vínculo com seus associados e incentivo a novas filiações, que podem trazer melhoria da imagem e aumento da representatividade da associação ou entidade de classe.

Os mais de 250 fundos de pensão em operação no país administram, atualmente, um patrimônio da ordem de R\$ 939 bilhões (US\$ 245 bilhões), segundo dados consolidados da Abrapp²⁶ até junho de 2019, representando 13,4% do PIB. O número de brasileiros beneficiados pelo sistema é de 7,4 milhões, incluindo participantes ativos, assistidos e dependentes.

Os fundos de pensão oferecem três opções de planos de previdência: benefício definido, contribuição definida e contribuição variável. O plano de benefício definido consiste em calcular previamente os valores a serem recebidos na aposentadoria a partir de operações atuariais. As contribuições podem ser ajustadas para garantir o pagamento dos benefícios. Já no segundo plano, o valor do benefício complementar é estabelecido apenas no momento da sua concessão, com base no saldo acumulado resultante das contribuições feitas ao plano e da rentabilidade das aplicações durante a fase em que foram feitas as contribuições. A contribuição variável tem características dos dois planos acima. O mais comum é aquele em que os benefícios programados, na fase de acumulação ou na fase da atividade, tenham características de contas individuais e na fase de inatividade tenham características de rendas vitalícias. Podem também oferecer para os casos de benefícios de riscos (aqueles não previsíveis como morte, invalidez, doença ou reclusão) um benefício definido.

²⁶ http://www.abrapp.org.br/Consolidados/Consolidado%20Estat%C3%ADstico_06_2019.pdf (Consultado em novembro de 2019.)

IMPORTÂNCIA DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA

Para os participantes:

- Manutenção, na aposentadoria, de padrão de renda próximo ao do período em atividade.
- Formação de poupança de longo prazo.
- Segurança, mesmo na ocorrência de eventos futuros adversos.
- Obtenção de empréstimos e financiamentos com taxas mais atrativas.

Para as Empresas Patrocinadoras:

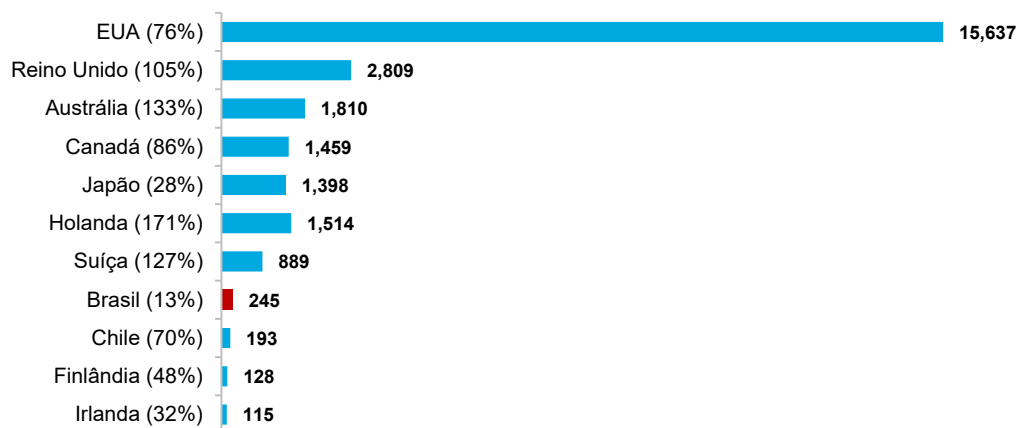
- Importante ferramenta de RH.
- Melhoria das relações empregado/empresa.
- Atração e retenção de mão-de-obra qualificada.
- Aumento da fidelização do empregado.
- Complementação da renda da aposentadoria pública para empregados ou associados que recebem mais do que o teto da previdência social. Com a previdência complementar, o trabalhador consegue manter, em média, cerca de 60% do nível de renda que possuía até o momento da aposentadoria.²⁷

- Rede de apoio ao empregado ou associado e familiares (ocasião de invalidez e morte).
- Construção de uma imagem positiva e valiosa junto à sociedade.

Para a Sociedade:


- Capitalização de empresas, através dos investimentos no mercado de ações.
- Financiamentos de projetos de médio e longo prazos.
- Formação de postos de trabalho.
- Arrecadação direta e indireta de impostos.
- Manutenção do poder de compra no mercado de consumo, ativando a economia.
- Melhoria da qualidade de vida de beneficiários e seus dependentes.

Figura 8 — Ativos dos Fundos de Pensão por Países e % do PIB (em US\$ Bilhões)



Fonte: OCDE – 2018; ABRAPP – jun/2019

²⁷ <http://www.abrapp.org.br/Paginas/O-Sistema.aspx> (Consultado em novembro de 2019.)



Ainda segundo a Abrapp, “em face da acumulação de poupança, os Fundos de Pensão, além da atividade-fim, de caráter social, possuem uma função econômica relevante como investidores. Eles são hoje no Brasil sustentáculo do mercado de ações e do mercado imobiliário e estão aptos a alavancar muitos outros segmentos econômicos, oferecendo-lhes financiamento de longo prazo”. Porém, e assim como a previdência social, passam por um momento de crise registrando déficits bilionários.

Em 2015 o déficit dos fundos de pensão chegou ao valor recorde de R\$ 76,7 bilhões (US\$ 20,1 bilhões), mais que dobrando no período de apenas um ano. Os fundos tinham até então 18,5% de seus investimentos na renda variável e perderam dinheiro desde o início da crise financeira de 2008, período no qual o mercado de ações teve uma performance negativa de mais de 20%. Em 2016 a Bolsa recuperou as perdas de 2015 e garantiu um melhor resultado para os fundos de pensão, que projetavam uma recuperação a partir de 2017. Em março de 2018 o déficit havia recuado para R\$ 28,8 bilhões (US\$ 7,2 bilhões) — melhora atribuída a melhoras de governança (depois que veio à público denúncias de que a corrupção no governo do PT estava desviando dinheiro dos três maiores fundos de previdência complementar com patrocinadores públicos do país em esquemas ligados ao financiamento de projetos de infraestrutura), recuperação da Bolsa e aos polêmicos programas de equacionamento, em que os participantes, assistidos e dependentes abrem mão de parte de suas remunerações para ajudar na redução do déficit, já que uma emenda constitucional de 1998 (Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/1998) proíbe que qualquer empresa patrocinadora que seja controlada pelo governo faça contribuições maiores que aquelas efetuadas pelos participantes do planos complementares de aposentadoria, isso é levado em consideração no rateio do déficit. Não há nada na legislação que possibilite equilibrar esse rateio, por exemplo, levando em consideração a diferença de capacidade financeira entre pessoas

físicas e empresas, ou mesmo, se a origem do déficit foi corrupção dos agentes eleitos pelo Governo para a gestão dos recursos financeiros dos planos de aposentadoria no passado. É uma espécie de voto de casamento: juntos na alegria dos tempos de bonança e na tristeza dos tempos de crises. Os participantes lamentam não ter mais voz nas decisões de investimento — fato que atribuem a uma má gestão produto de uma luta política no Brasil. Os fundos seriam geridos por atores com indicação política e não técnica para atender os interesses do partido político no poder.

O fato é que o valor que está em equacionamento não é mais considerado déficit pela Abrapp. O déficit atual de R\$ 28,8 bilhões leva em consideração apenas o rombo gerado após o início desses programas. A Previc – Superintendência Nacional de Fundos de Previdência Complementar — agência supervisora dos fundos de pensão, considera que o sistema hoje está solvente, mas que no longo prazo essa solvência só será confirmada se os equacionamentos forem cumpridos. Só em 2017 os maiores fundos aprovaram o levantamento de R\$ 36 bilhões (US\$ 9 bilhões) com os planos de equacionamento. São quase 220 mil funcionários dos Correios, Petrobrás e Caixa que hoje precisam contribuir para equacionar as contas; os dos Correios chegam a ter um desconto de 20% nas aposentadorias pagas. A outra metade desse prejuízo está sendo pago pelas patrocinadoras. Multas emitidas pela Justiça nos casos de perdas associadas à corrupção também ajudaram na reversão dos resultados negativos. Um dos acordos resultou em R\$ 4 bilhões, divididos igualmente entre a Funcef (da Caixa) e Petros (da Petrobrás).

Para evitar novos episódios de corrupção com os fundos de pensão, a Previc passou a realizar entrevistas técnicas com os candidatos a diretor de investimentos de cada fundo. A profissionalização dos gestores visa blindar a governança e trazer melhores resultados.

SUPERVISÃO E REGULAÇÃO

Fundada em 2009, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) é a agência supervisora dos fundos de pensão no Brasil — responsabilidade que antes pertencia à Secretaria de Previdência Complementar (SPC), subordinada ao Ministério da Previdência Social.

A nova agência é semiautônoma, administrada por uma diretoria colegiada, e tem seu próprio orçamento financiado principalmente por meio de taxas pagas pelos fundos de pensão com base nos ativos sob gestão. Tais taxas devem ser calculadas em uma escala móvel, com base no tamanho das reservas atuariais de cada plano. A estrutura organizacional da Previc também compreende um ombudsman e uma corregedoria, um departamento encarregado de fiscalizar o cumprimento de processos internos, bem como a Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC). Esses órgãos são compostos por representantes de entidades de fundos de pensão, patrocinadores e participantes dos planos e pelo governo.

O Conselho de Administração é composto pelo superintendente e quatro outros diretores, todos escolhidos entre profissionais de boa reputação e competências reconhecidas que são identificados pelo Ministro da Fazenda e aprovados pelo Presidente da República. É proibido aos diretores participar de qualquer atividade política ou profissional que entre em conflito com suas responsabilidades.

A formulação de políticas é uma atribuição do SPPC (Secretaria de Políticas de Previdência Complementar), um órgão subordinado ao Ministério da Fazenda.

A regulamentação do sistema de pensões é uma atribuição do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). O CNPC é presidido pelo representante do Ministério da Fazenda e composto por representantes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, das entidades fechadas de previdência complementar, dos patrocinadores e instituidores de planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar e dos participantes e assistidos de planos de benefícios das referidas entidades.

Tratamento fiscal de contribuições e benefícios

Em geral, as contribuições para planos de previdência privada são dedutíveis de impostos até certos limites, tanto para o empregado quanto para o empregador. A nova legislação aprovada em 2001 focou em tornar os planos de previdência complementar mais atraentes e encerrou o Regime Especial de Tributação a partir de 2005. Em contraste com a legislação antiga, o imposto retido na fonte de 20% sobre os retornos dos investimentos em fundos de pensão foi removido, o que gerou retornos líquidos mais altos e diminuiu custos para regimes de benefícios definidos. Os benefícios são tributados como renda ordinária. O modelo permite a adoção de um regime regressivo que limita a tributação a 10% da renda de aposentadoria dos participantes que permanecerem no plano por pelo menos dez anos.



Marco Regulatório dos Investimentos

Tendo em vista o ambiente econômico mais estável do país e as taxas de juros em declínio, onde a exposição a riscos maiores é cada vez mais crucial para os fundos de pensão atingirem suas metas de rentabilidade e obter retornos mais altos, é essencial uma abordagem de investimento distinta — e mais dinâmica — das entidades de previdência privada.

Nesse contexto, o Conselho Monetário Nacional (CMN) promulgou a Resolução nº 3.792 / 2009, que estabelece um novo marco regulatório para governar os investimentos realizados pelas entidades, permitindo-lhes investir de forma mais agressiva em diversas classes de ativos, mantendo os critérios de transparência, controle e supervisão. As principais classes de ativos e seus limites quantitativos são os seguintes:

Títulos do governo: 100%

Debêntures e Títulos de estados e municípios: 80%

Renda Variável: 70%

Investimentos alternativos: 20%

Investimentos estrangeiros: 10%

Imóveis: 8%

Hedge Funds: 10%

Infraestrutura: 20%

Empréstimos a participantes: 15%

Fundos multimercados: 10%

Aposentadoria — Perspectiva dos Consumidores

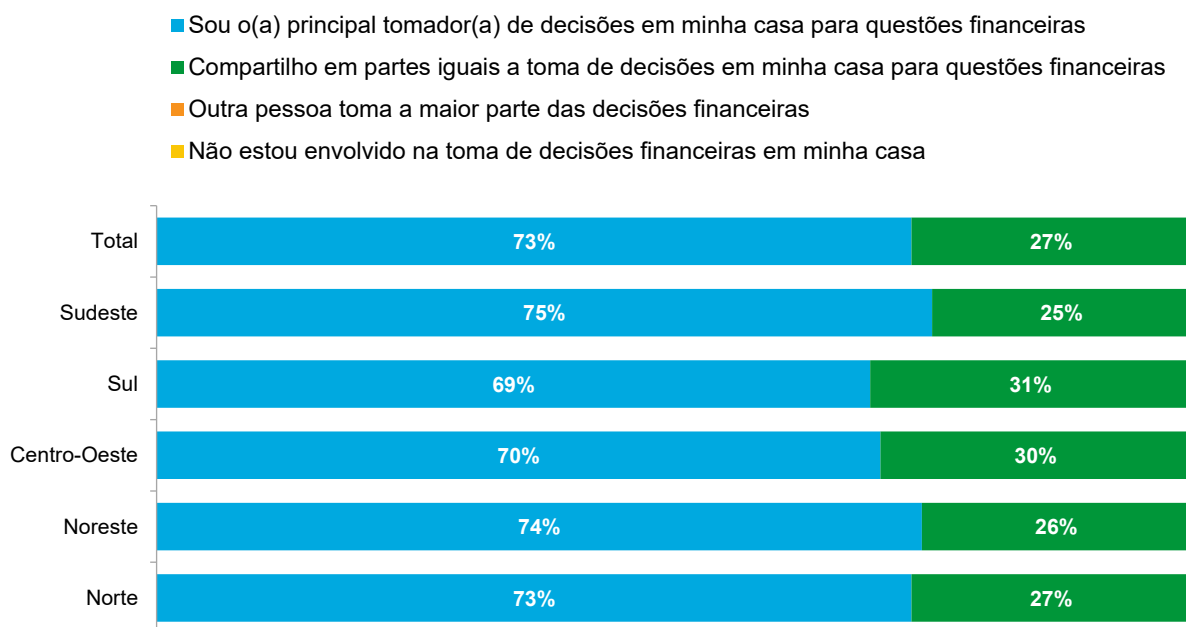
A série de pesquisas sobre aposentadoria da LIMRA e SOA analisa detalhadamente os mercados locais participantes. A pesquisa identifica as maneiras pelas quais os tomadores de decisão e/ou aqueles que contribuem para a tomada de decisões financeiras em seus lares planejam enfrentar os desafios da aposentadoria.

O Brasil é um país cuja extensão geográfica gera diferentes tipos de agregados humanos e aspectos culturais. Diferenças de percepção e comportamento entre as regiões foram observadas em distintos pontos analisados pelo estudo.

O principal tomador de decisões financeiras nos domicílios brasileiros ainda é majoritariamente (73%) um dos membros da família. A divisão desta tarefa com outro membro da família vem crescendo, chegando a quase um terço dos domicílios — principalmente nas regiões Sul e Centro-oeste.

Figura 9 — Quem Toma as Decisões Financeiras

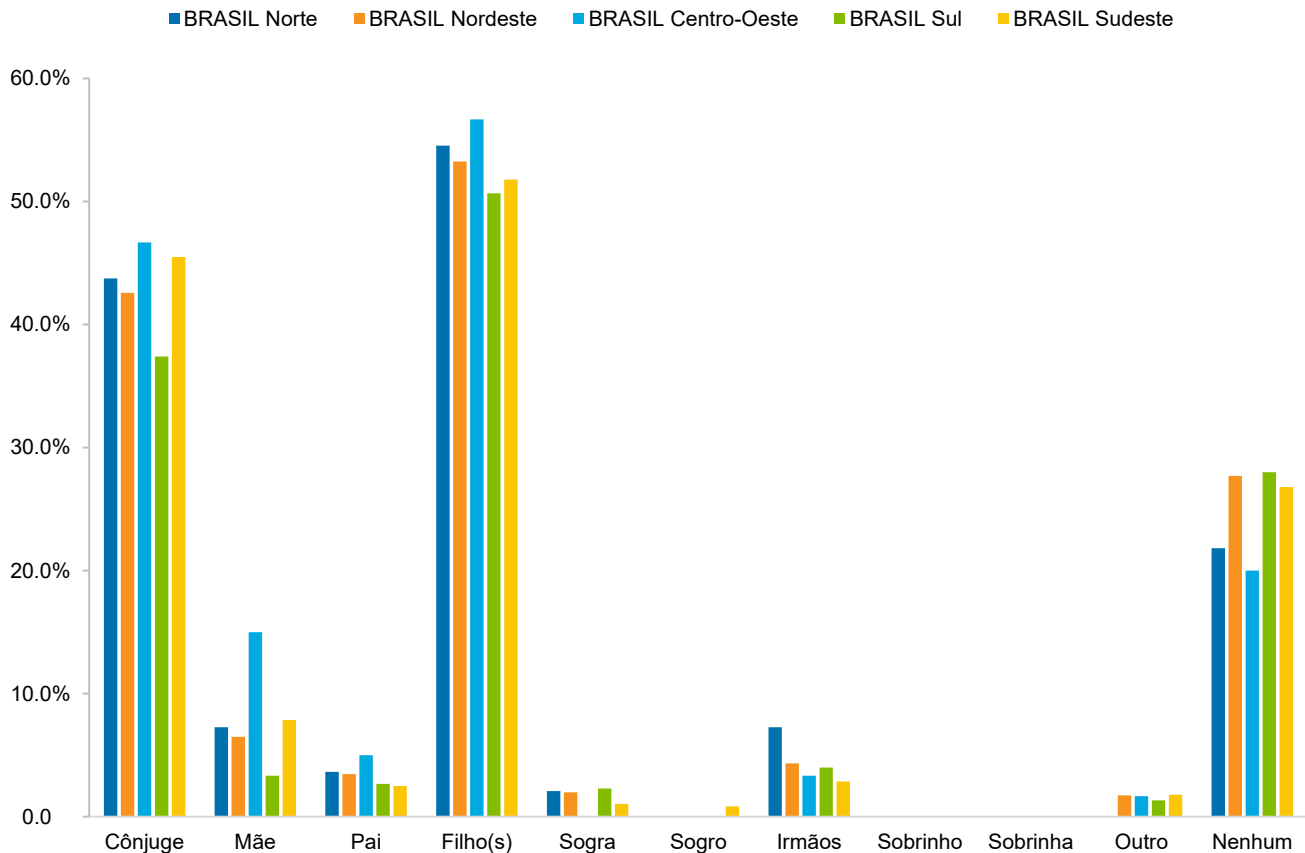
Pergunta: *Como você descreveria o seu papel na tomada de decisões financeiras em seu lar?*



O principal tomador de decisões financeiras nos domicílios brasileiros ainda é majoritariamente (73%) um dos membros da família. A divisão desta tarefa com outro membro da família vem crescendo, chegando a quase um terço dos domicílios — principalmente nas regiões Sul e Centro-oeste.

Figura 10 — Dependência Financeira

Pergunta: *Quais dos seguintes indivíduos são seus dependentes financeiros?*

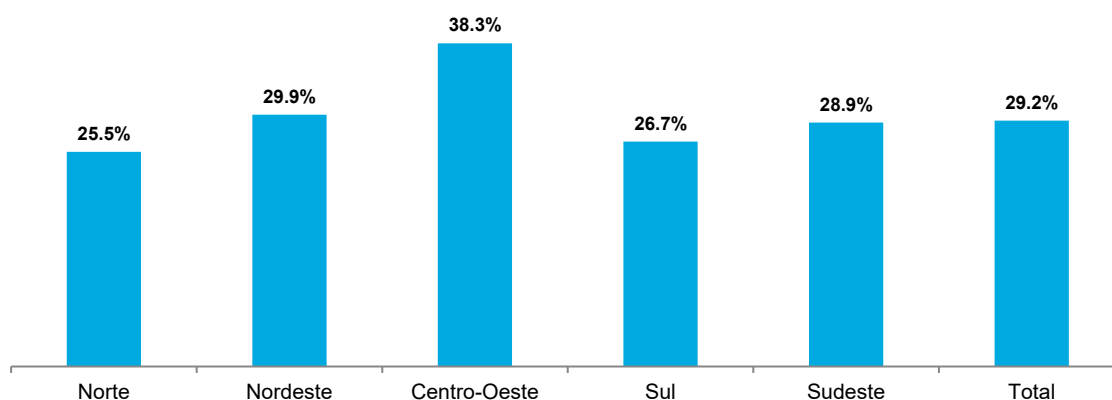


A base da pirâmide etária ainda se constitui no principal dependente financeiro de metade das famílias brasileiras em qualquer das cinco regiões analisadas, seguida de perto pelos cônjuges — sendo estes menos numerosos na região Sul em comparação com as demais regiões que apresentam níveis acima dos 40%. As taxas de dependência semelhantes de cônjuges e filhos pode indicar que a maior parte das famílias no Brasil com crianças está optando por deixar os menores sob o cuidado de um dos cônjuges em vez de delegar a responsabilidade para que ambos possam estar trabalhando parcial ou integralmente. O contingente de pais e mães dependentes ainda é relativamente baixo, mas a tendência é que aumente à medida que o envelhecimento populacional avance. Aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos entrevistados afirmou não ter dependentes, do que se pode inferir que são famílias sem filhos, com pais e possíveis cônjuges ainda independentes. Em suma, famílias das novas configurações demográficas.

A tendência de viver mais e de forma mais solitária aumenta a necessidade de construir renda para financiar cuidados específicos na última etapa de vida. Daí que aumenta a importância de fazer um planejamento financeiro de longo prazo. Quando perguntados se trabalhavam com um profissional financeiro para planejar e tomar decisões econômicas, cerca de um terço dos entrevistados (29,2%) indicou que não. Essa tendência apareceu com mais força na região Centro-oeste, onde 38% dos entrevistados afirmou não consultar um profissional financeiro.

Figura 11 — Não se Contrata a Ajuda de Profissionais Financeiros para as Decisões Dinanceiras da Família*

Pergunta: *Em seu domicílio normalmente se contrata a ajuda de especialistas financeiros para as decisões financeiras da família?*



*Os resultados representam aos entrevistados que responderam "não".

Cerca de 14% dos entrevistados (Figura 12) afirma não ter tomado nenhum tipo de iniciativa sobre um planejamento para a aposentadoria, podendo indicar indivíduos que não estão atualmente aptos a fazê-lo ou que desconhecem as atividades de planejamento previdenciário. A região com o maior nível de falta de planejamento é a região Norte — região que tem a menor representatividade no PIB do país e a maior taxa de natalidade. Nas regiões Centro-oeste e Sudeste, a maioria dos entrevistados afirmou ter determinado quanto será sua renda durante a aposentadoria. Uma das atividades do planejamento que muitas vezes é negligenciada é a de pensar onde se irá viver depois de aposentado, já que o custo de vida precisa entrar nos cálculos. A região Centro-oeste apresentou um resultado de 38%, quase dez pontos percentuais acima da média nacional. O mesmo ocorreu com a atividade de calcular os prováveis benefícios da previdência social em diferentes idades de aposentadoria.

Figura 12 — Iniciativas em Relação ao Planejamento da Aposentadoria

Pergunta: *Quais das seguintes atividades de planejamento para a aposentadoria você realizou?*

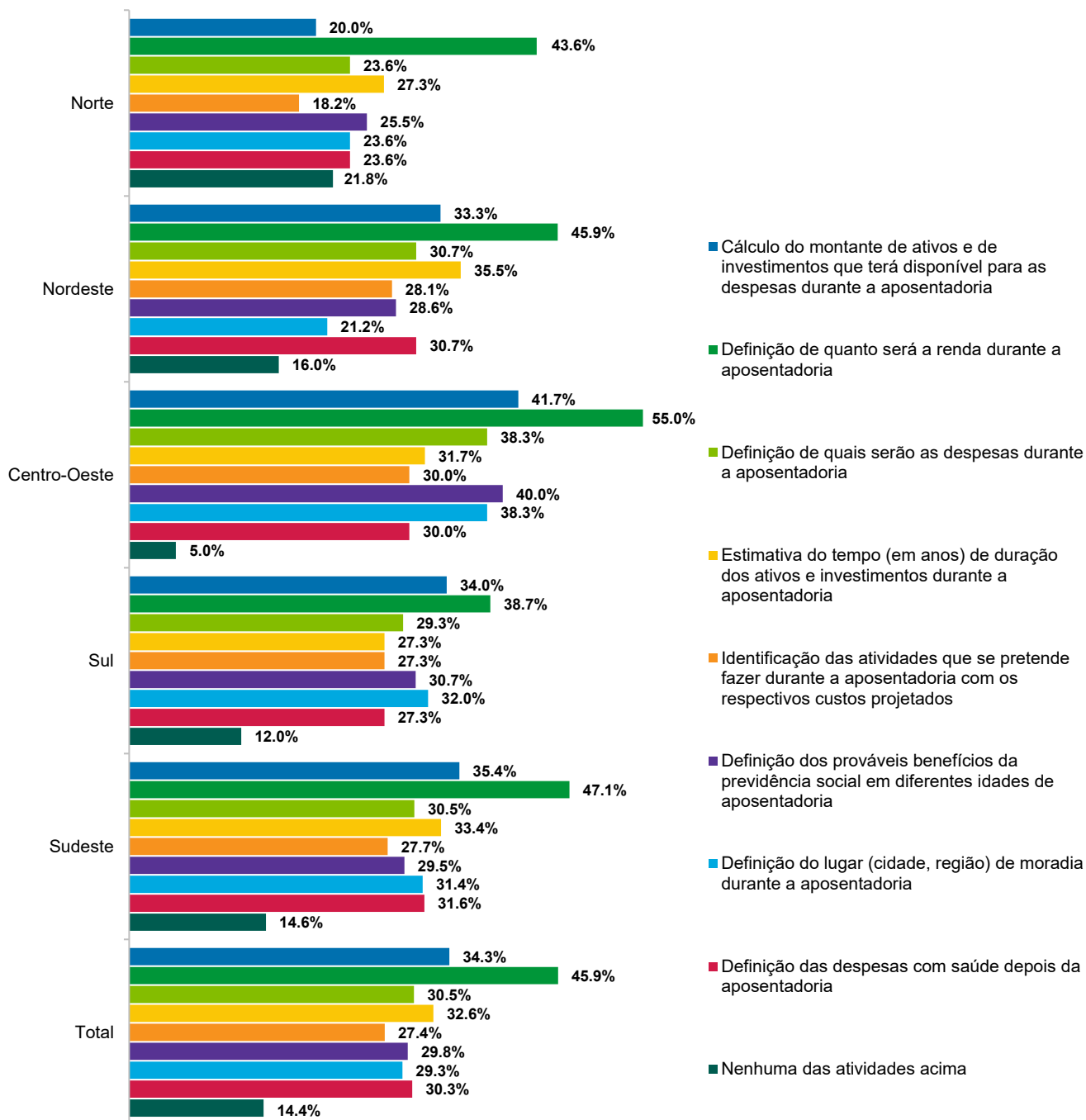
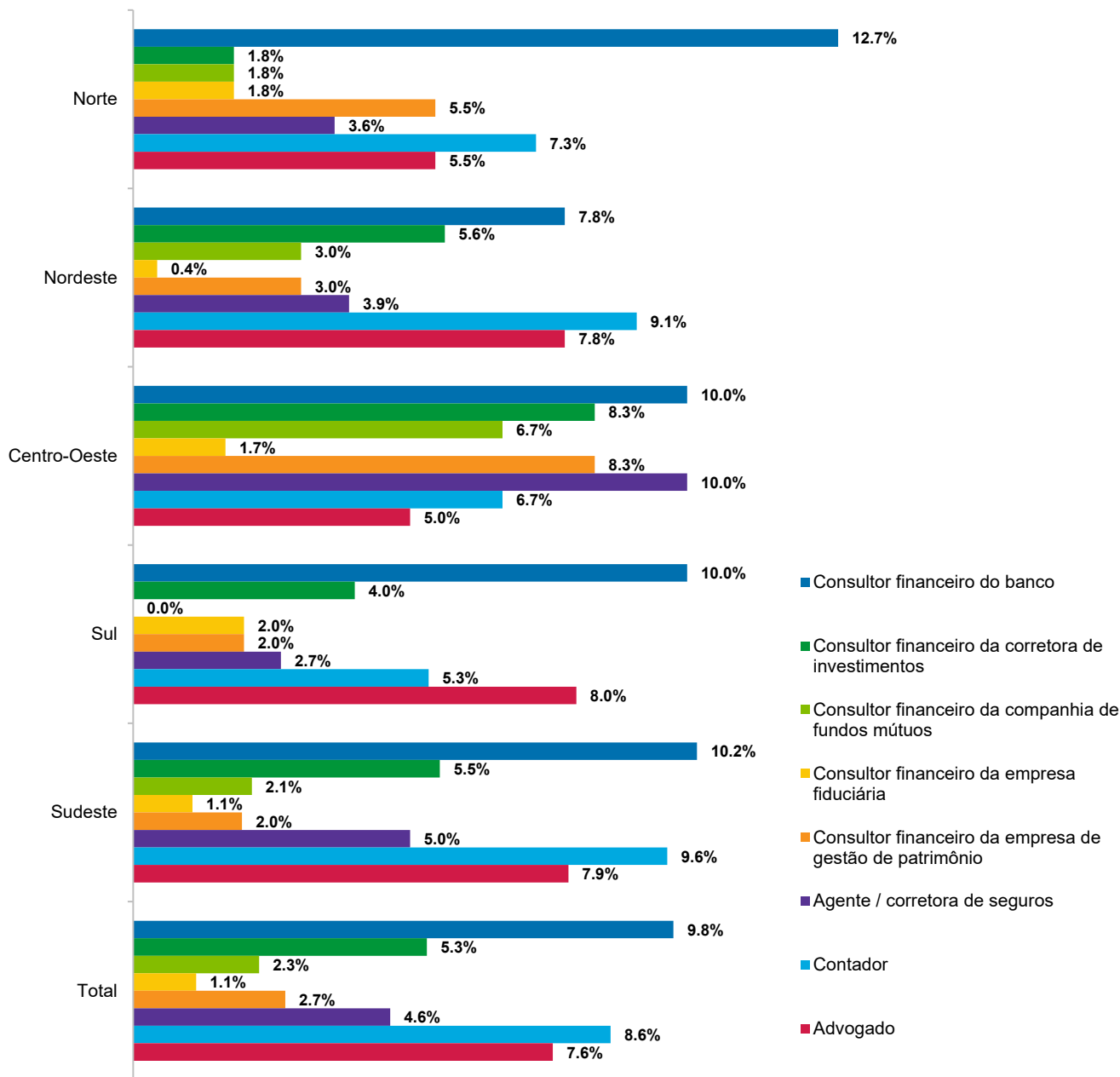


Figura 13 — Quem Busca um Profissional Financeiro, opta por um ...

Pergunta: Que tipo de especialista financeiro você busca para orientar sobre as decisões financeiras?

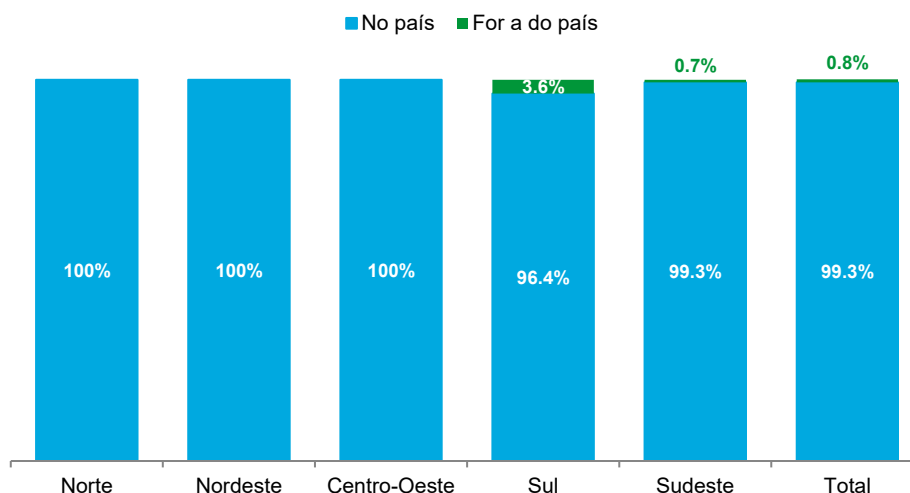


Como se viu anteriormente, uma proporção significativa de entrevistados não busca especialistas para orientá-los com as decisões financeiras. No entanto, aqueles que o fazem preferem a ajuda profissional de um consultor financeiro do próprio banco onde é correntista, seguido de contadores e advogados. Os especialistas dos bancos são os mais buscados na região Norte. Corretores de seguros estão entre os menos buscados, com exceção da região Centro-oeste onde dividem a preferência com os consultores do banco. No Sul, o advogado é um dos profissionais mais requisitados para orientar com as questões financeiras.

Ainda que estatisticamente irrelevante, a região Sul, e em menor escala a Sudeste, apresenta uma busca por assessores financeiros de fora do país.

Figura 14 — Quem Opera com um Especialista Financeiro, Prefere...

Pergunta: Seu consultor financeiro opera no país ou fora do país?



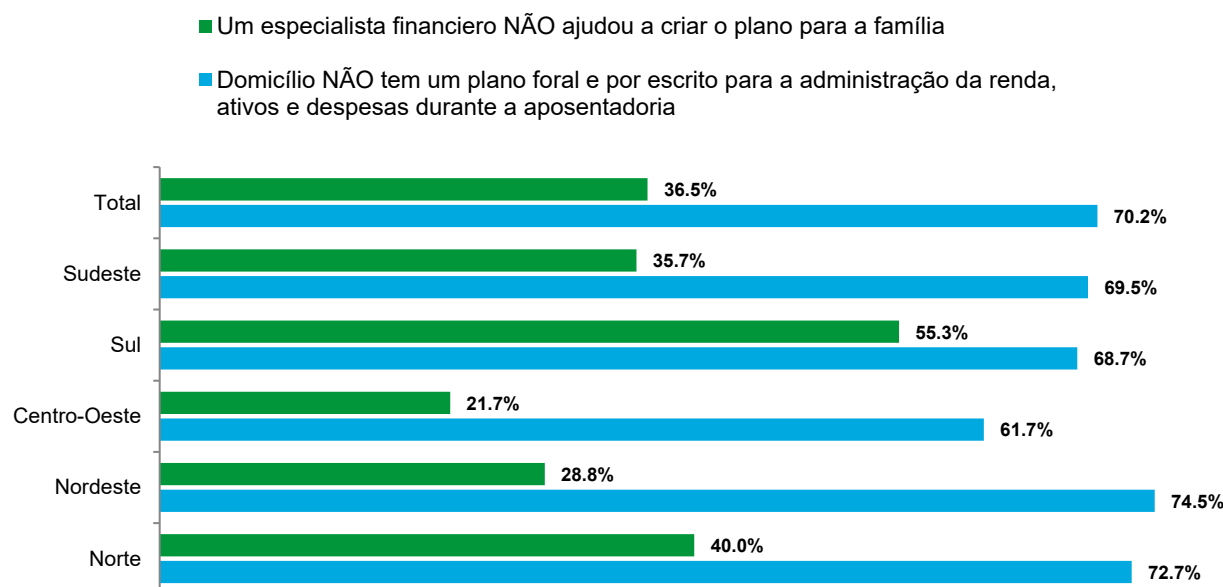
36% dos entrevistados não buscam a ajuda de especialistas financeiros para estabelecer um plano estratégico de aposentadoria.

Os participantes da pesquisa procuram ajuda profissional para decisões financeiras regulares; mas não o fazem para estabelecer um plano formal e por escrito de planejamento para a aposentadoria. Na verdade, 70% dos domicílios não possuem um planejamento formal para gerenciar receitas, ativos e despesas durante a aposentadoria. A região Centro-oeste é a única que destoa um pouco desse padrão, tendo um percentual de dez pontos a menos. E entre os que possuem um plano, em torno de 36% não buscam a ajuda de especialistas que ajudem na elaboração (Figura 15).

El cuarenta y nueve por ciento de los encuestados no trabajan con profesionales financieros para un plan de jubilación familiar.

Figura 15 — Planejamento da Aposentadoria

Pergunta: Seu domicílio tem um plano formal e por escrito para a administração da renda, ativos e despesas durante o período de aposentadoria? Caso positivo, um especialista financeiro ajudou a criar o plano?



Como en los otros países de la región que componen este estudio, los encuestados colombianos también buscan ayuda profesional para decisiones financieras en forma regular; pero no lo hacen a través de profesionales financieros en la planificación de la jubilación. Casi cincuenta por ciento de los encuestados no buscó ayuda de profesionales financieros para la planificación de su jubilación, especialmente los encuestados del área de Amazonía y Orinoquía.

Os consumidores estão dispostos a confiar nas instituições financeiras.

A maior parte dos brasileiros está disposta a confiar nas instituições financeiras e o nível de confiança é particularmente alto entre os jovens trabalhadores. Os entrevistados expressam certezas quanto à futura aposentadoria. O otimismo é amplo: quase $\frac{3}{4}$ dos participantes acredita ser capaz de ter o padrão e estilo de vida desejado durante a aposentadoria. Essa percepção é maior nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste.

Se por um lado existe otimismo e confiança, por outro está uma lacuna a ser preenchida: ajuda com a poupança e o planejamento para a aposentadoria. Para quase 70% dos brasileiros com planos de previdência complementar privada e fundos de pensão, faltam mais informações e aconselhamentos por parte dos empregadores. Esse percentual é dez pontos percentuais maior na região Centro-oeste.

Pouco mais da metade dos entrevistados está disposta a comprar ou considerar comprar um produto de renda vitalícia garantida e afirma estar muito envolvida no monitoramento e gestão da poupança para a aposentadoria.

Tabela 6 — Preocupações e Ações Relacionadas à Aposentadoria

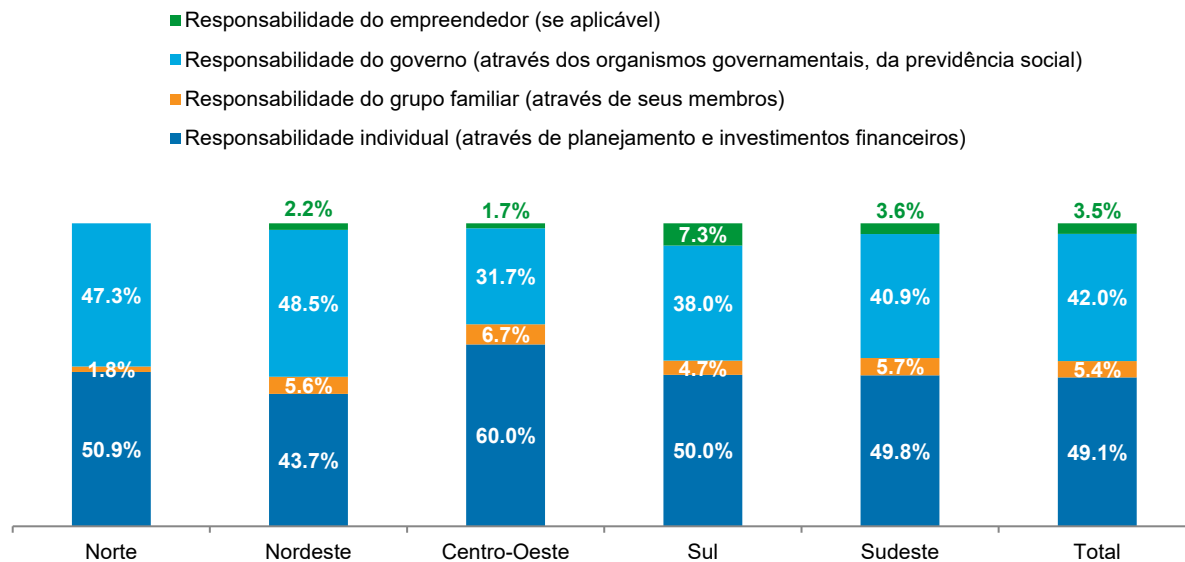
Pergunta: Para cada uma das seguintes afirmações com respeito às suas preocupações e ações relativas à aposentadoria, indique se você concorda totalmente, um pouco, não concorda nem discorda, discorda um pouco ou totalmente.

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Confiança						
Serei capaz de ter o padrão e estilo de vida que quero na aposentadoria.	50,9%	54,1%	63,3%	65,3%	61,1%	59,8%
Disponho de economias que são suficientes para durar até o final de minha aposentadoria.	40,0%	45,9%	45,0%	45,3%	45,7%	45,4%
Ajuda						
Gostaria que meu empregador desse informações e aconselhamentos mais abrangentes sobre poupança e planejamento para a aposentadoria.	63,9%	73,0%	80,0%	58,0%	70,9%	69,6%
Envolvimento						
Estaria disposto a comprar ou estudar a compra de um produto financeiro que me dê uma renda vitalícia garantida	58,2%	62,8%	73,3%	50,7%	59,1%	59,5%
Atualmente estou muito envolvido no monitoramento e gestão de minha poupança para a aposentadoria.	49,1%	54,5%	61,7%	48,7%	55,9%	54,5%
Desafios						
Não confio nas instituições financeiras quando se trata do meu dinheiro.	32,7%	34,6%	33,3%	32,7%	33,0%	33,3%
É raro ouvir as pessoas falando sobre planejamento previdenciário no local de trabalho	58,3%	62,4%	50,0%	50,0%	64,3%	60,9%
Herdei / irei herdar patrimônio dos meus pais	27,3%	33,8%	38,3%	29,3%	39,5%	36,1%

Nota: os percentuais da Tabela 6 representam um agregado das opções "concorda um pouco" e "concorda totalmente".

Figura 16 — Responsabilidade do Financiamento da Aposentadoria

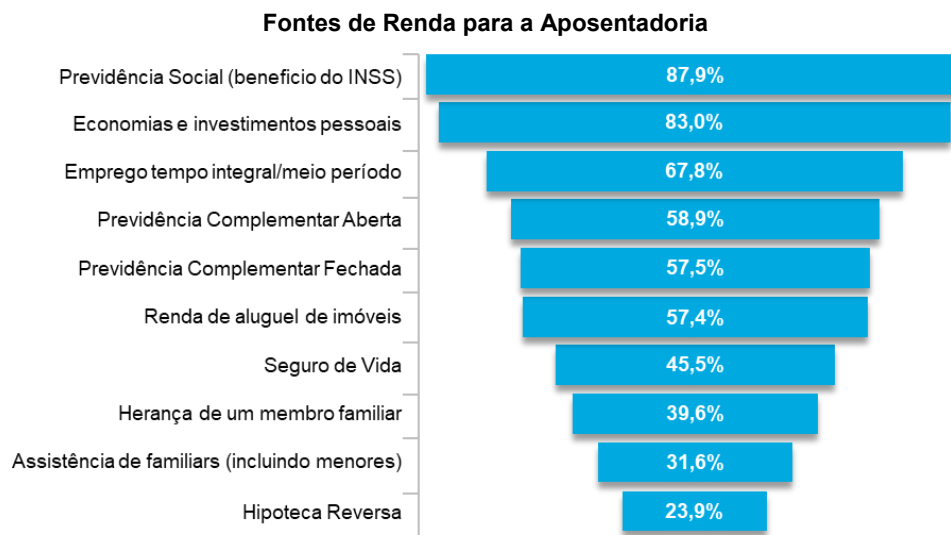
Pergunta: Quem deveria ser o responsável principal por prover fundos para a aposentadoria?




A composição da renda para a aposentadoria é planejada com mais de uma fonte, sendo a da Previdência Social, seguida de perto pela renda oriunda de poupança e investimentos pessoais, as mais mencionadas.

Figura 17 — Fonte de Ingressos Planejada ou Atual na Aposentadoria

Pergunta: Indique quais das seguintes fontes de renda fazem parte da composição do seu domicílio atualmente ou do seu planejamento de renda para a aposentadoria.





Metade dos entrevistados no Brasil se considera responsável pelo financiamento da própria aposentadoria, mas isso não significa deixar de contar com o Estado. Para quase 90% dos brasileiros o planejamento da renda para a aposentadoria envolve o benefício do INSS em primeiro lugar e depois o complemento com economias e investimentos pessoais (83%), e com renda oriunda de um emprego em tempo integral ou meio período (67,8%) — o que indica que as pessoas pretendem seguir ativas no mercado de trabalho mesmo depois de se aposentar.

A renda da previdência complementar privada (aberta e fechada) também entra no planejamento dos pesquisados, mas para uma proporção menor, de quase 60%. Os que podem e poderão contar com renda de aluguel de imóveis estão no mesmo universo percentual dos contribuintes da previdência privada.

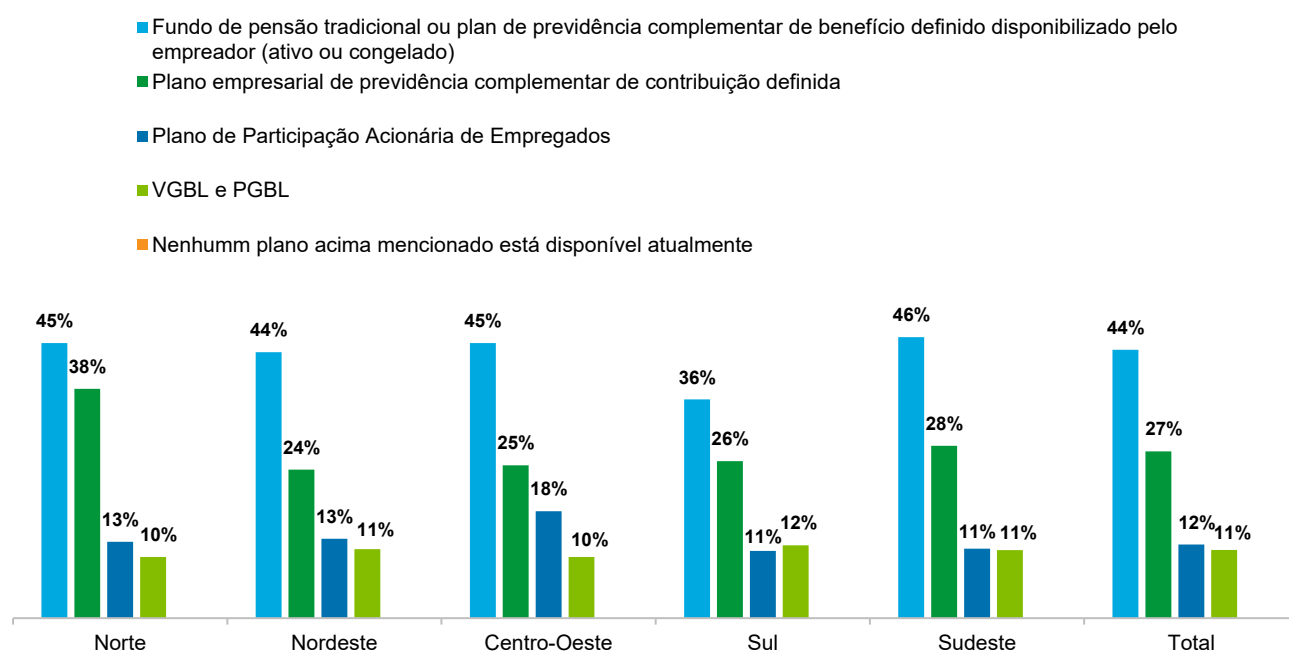
Rendas oriundas de seguro de vida (45,5%), herança (39,6%), ajuda familiar (31,6%) e até mesmo de hipoteca reversa (23,9%) aparecem com menor peso, mas já fazem parte da composição orçamentária de um universo de pesquisados que possuem estas opções em seus planejamentos ou que já as utilizam.

Quase metade dos trabalhadores entrevistados possuem planos em fundos de pensão de Benefício Definido — uma proporção um terço maior do que os planos de Contribuição Definida, mais equiparados aos de BD na região Norte.

As regiões Sul e Sudeste possuem uma defasagem de planos de CD em relação aos de BD maior que a da região Norte e um pouco menor que as das regiões Nordeste e Centro-oeste. É de se observar que dos 1.105 planos de previdência complementar fechada acompanhados pela Previdência, 29% são de BD. Porém, essa “minoridade” no universo de planos disponíveis não se reflete no universo de pesquisados.

Figura 18 — Plano de Previdência Disponível em Fase Contributiva

Pergunta: *Quais planos de previdência estão disponíveis para você através de seu atual empregador, profissão ou trabalho?*

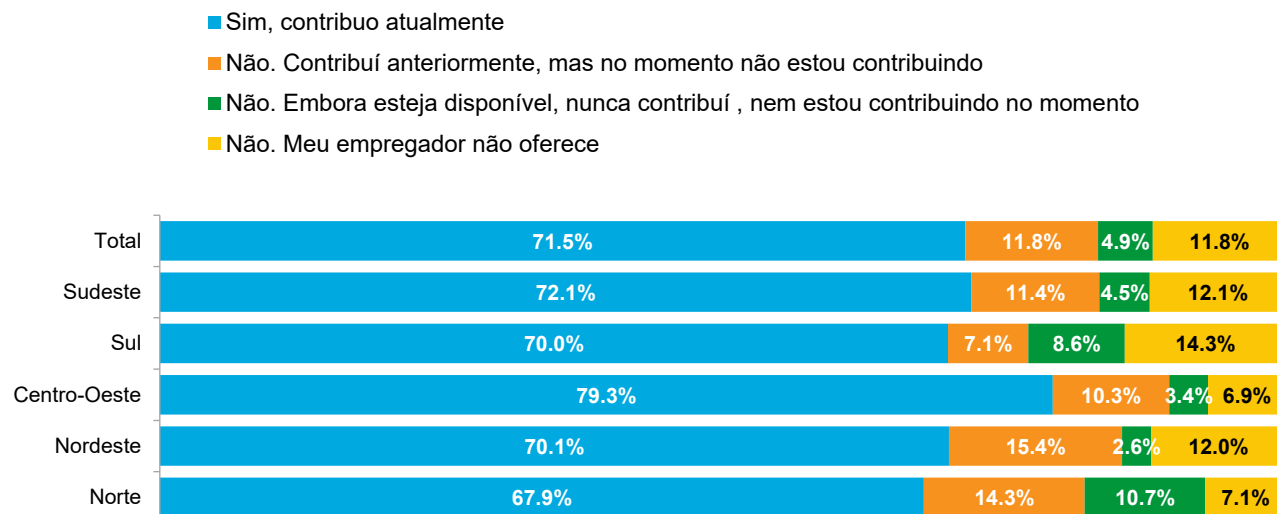


Apenas 4,9% dos entrevistados no Brasil disse nunca ter contribuído, nem estar contribuindo atualmente para um plano de previdência patrocinado pelo empregador (Figura 19). Entre os que não estão contribuindo, alguns não o fazem atualmente, mas contribuíram no passado (11,8%) — mesma proporção dos que afirmam não ter a opção disponível.

As regiões mais ricas e desenvolvidas do país, Sul e Sudeste, são as com maiores percentuais de empresas que não oferecem um plano de previdência a seus empregados. Já a região com a maior taxa de trabalhadores contribuindo para um plano de previdência complementar (79%) é a Centro-oeste.

Figura 19 — Estado de Contribuição Durante Fase de Acumulação de Qualquer Plano de Previdência Patrocinado pelo Empregador

Pergunta: *Você atualmente contribuiu ou contribuiu para qualquer tipo de plano de previdência complementar patrocinado pelo empregador?*

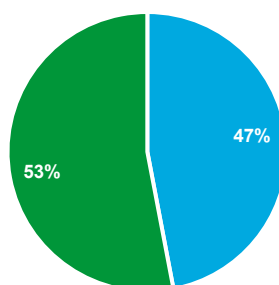


A oferta de planos de previdência por parte das empresas tem um peso muito grande na geração de poupança para a aposentadoria. Quase a metade (47%) das economias contidas no planejamento do orçamento doméstico para a aposentadoria estão em planos patrocinados pelo empregador.

Figura 20 — A Importância da Oferta de Planos de Previdência Empresariais na Poupança para a Aposentadoria

Pergunta: *De todas as economias para a aposentadoria geradas no orçamento do seu domicílio, que porcentagem se encontra em planos de previdência complementar patrocinados pelo seu empregador?*

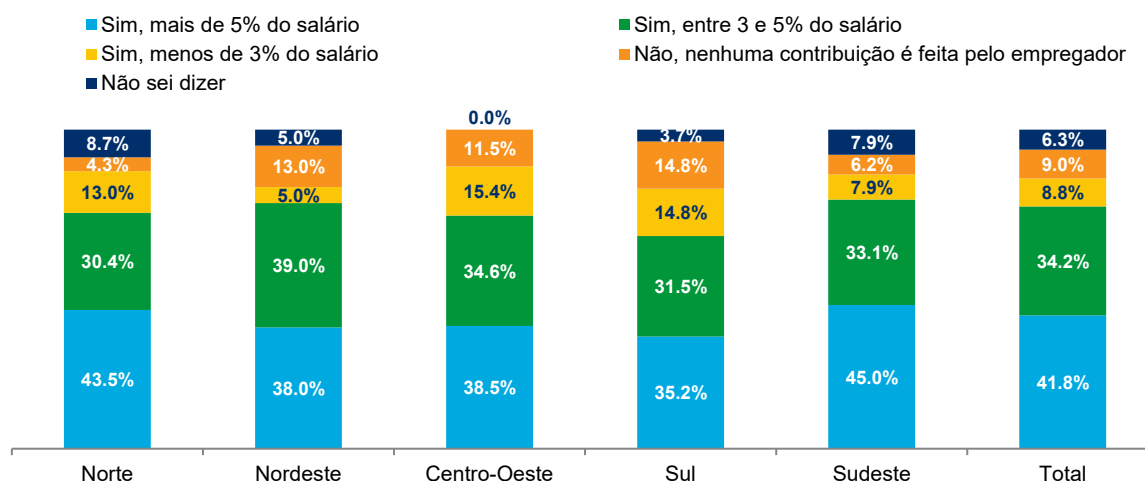
- Dentro dos planos de previdência complementar patrocinados pelo empregador
- Fora dos planos de previdência complementar patrocinados pelo empregador



Pouco menos da metade dos entrevistados (41,8%) indicou receber uma contribuição patronal acima de 5% do salário e um outro percentual considerável (34,2%) afirmou que as empresas aportam de 3 a 5% do valor do salário. As contribuições patronais acima de 5% são mais frequentes no Sudeste.

Figura 21 — Contribuição Patronal

Pergunta: Quando você faz contribuições para o seu plano de previdência complementar, seu empregador atualmente fornece uma contrapartida (por exemplo, de 50% do valor de sua contribuição)?

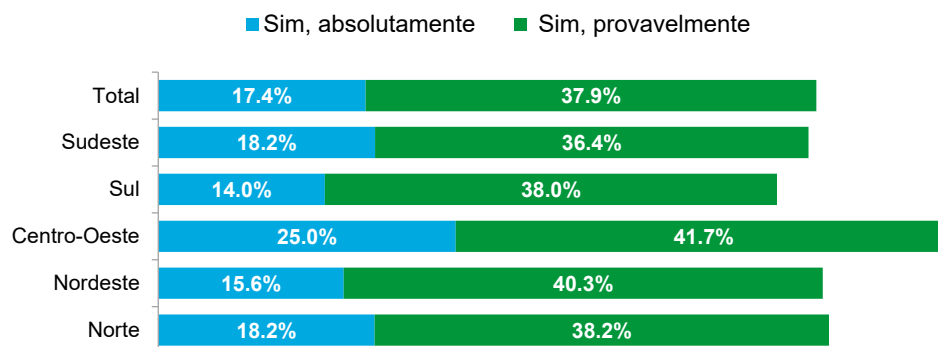


Pouco mais da metade (55%) dos entrevistados acredita que a renda obtida com o INSS e com o complemento dos planos de benefício definido é (para quem já se aposentou) / será (para quem ainda está na ativa) suficiente para atender as necessidades básicas. Quase 20% deste universo com altos níveis de confiança chega a expressar certeza disto. O nível de confiança é especialmente alto na região Centro-oeste, onde quase 67% afirma que a renda é/será "absolutamente" ou "provavelmente" suficiente.

Toda essa confiança pode ser indicativa de um bom nível de preparação e disciplina financeira por parte de quem já se aposentou e por quem está por se aposentar.

Figura 22 — Adequação dos Ingressos de um Plano de Benefício Definido e do INSS para Cobrir os Gastos Básicos na Aposentadoria

Perguntas: O montante de renda proveniente da previdência social e da previdência complementar através de um plano de benefício definido patrocinado pelo empregador é/será suficiente para suprir suas necessidades básicas?



Nota: As opções de resposta foram: "Sim, absolutamente," "Sim, provavelmente," "Não, isso é improvável," "Definitivamente que não," "Não sei dizer." Devido ao alto índice de confiança, o gráfico mostra apenas o universo dos que responderam as duas primeiras opções.

A renda de aluguel não é uma maneira popular de gerar renda na aposentadoria.

Embora o método preferido de geração de renda para a aposentadoria varie de acordo com a região, existe uma preferência média por produtos financeiros que fornecem renda vitalícia garantida e produtos com opções para retirar juros e dividendos, deixando o capital intacto.

No entanto, a um nível regional, os entrevistados expressam um dos níveis mais baixos de interesse em comprar ou procurar um produto que converta uma parte ou o total da poupança doméstica em renda vitalícia garantida. Também não expressam grande interesse em investir em imóveis — fenômeno bastante exclusivo de alguns mercados. No entanto, as hipotecas reversas começam a encontrar alguns interessados.

Tabela 7 — Método para Gerar Renda na Aposentadoria

Pergunta: Qual ou quais das seguintes opções melhor descrevem como seu domicílio planeja gerar renda a partir das economias feitas para a aposentadoria?

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Geração de Renda na Aposentadoria						
Fazer retiradas regulares de uma parte do capital e de uma parte dos rendimentos	21,8%	17,7%	20,0%	14,7%	15,7%	16,6%
Fazer retiradas ocasionais, ou quando necessário, de uma parte do capital e de uma parte dos rendimentos	36,4%	22,5%	35,0%	33,3%	31,6%	30,3%
Fazer retiradas apenas dos juros e dividendos, sem tocar o capital	18,2%	24,7%	23,3%	17,3%	23,9%	22,8%
Nenhuma das opções acima. Em minha casa não pretendemos usar a poupança para a aposentadoria para gerar renda	38,2%	29,0%	33,3%	32,7%	37,0%	34,5%
Comprar ou buscar um produto que converta uma parte ou o total da poupança doméstica em renda vitalícia garantida	9,1%	9,1%	15,0%	6,0%	7,7%	8,2%
Interesse pela compra de imóveis ou produtos de renda vitalícia.						
Anuidade Corporativa com benefício fiscal e cobertura por sobrevivência (contrato que visa o pagamento de renda diferida continuada para donos de empresas, executivos e acionistas)	27,3%	32,0%	23,3%	33,3%	33,4%	32,2%
Investir a poupança para a aposentadoria em imóveis e com isso gerar renda de aluguel	5,5%	3,0%	6,7%	6,7%	5,4%	5,1%
Optar por uma hipoteca reversa	27,3%	20,8%	25,0%	22,7%	26,3%	24,5%
Renda temporal privada / renda privada	10,9%	10,4%	15,0%	6,7%	11,1%	10,5%
Não sei dizer	7,3%	11,7%	6,7%	12,0%	13,0%	11,9%

Além de identificar as preferências de investimento, também é importante entender quando os consumidores planejam se aposentar e se suas economias são suficientes para financiar as necessidades durante a aposentadoria. A indústria previdenciária também precisa entender a perspectiva do consumidor sobre o tempo necessário para economizar, quantos anos calculam que a aposentadoria irá durar e se estimam corretamente sua expectativa de vida a partir dos 60 anos.

A maioria dos entrevistados geralmente começa a poupar para a aposentadoria por volta dos 20 anos e tem aproximadamente 45 anos para se preparar para a aposentadoria. Os entrevistados no Brasil declararam que planejam se aposentar aos 65 anos, o que parece uma aspiração, já que uma proporção significativa deles afirmou anteriormente que trabalharia em período integral ou parcial para obter renda para a aposentadoria.

Figura 23 — Aposentadoria e Planejamento

Perguntas: *Com que idade você espera se aposentar? Quantos anos você tinha quando se aposentou formalmente? Com que idade aproximadamente você começará / começou a poupar / investir para a aposentadoria?*

Brasil		
Começou a poupar para a aposentadoria aos...	Anos para poupar	Idade da aposentadoria real e prevista...
15,8% aos 20 anos	45 anos	25,0% aos 65 anos

Figura 24 — É Comum Postergar a Poupança Previdenciária

Pergunta: *Você concorda com a afirmação abaixo? "Me arrependo de ter começado a poupar e investir para a aposentadoria um pouco tarde"* Gráfico de acordo com respostas "Sim" e "Ainda NÃO comecei a economizar para a aposentadoria."



Quase 6 em cada 10 entrevistados lamentam ter começado um pouco tarde a economizar para a aposentadoria ou nem sequer ter começado ainda.

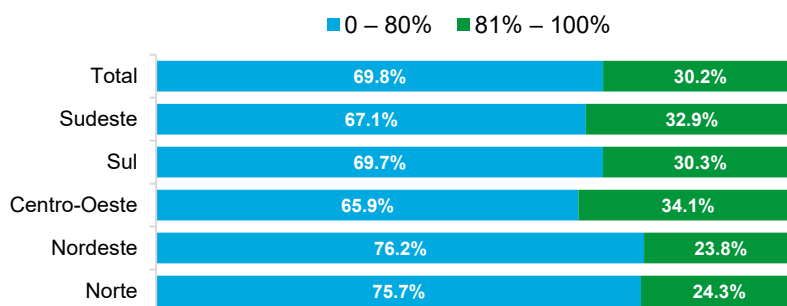
Os entrevistados não apenas se arrependem de adiar o planejamento da aposentadoria, mas também esperam uma grande lacuna quando completam 60 anos (Figura 23). Quase 7 em cada 10 pesquisados se arrependem de atrasar a poupança para a aposentadoria ou de ainda não ter começado a poupar. Essa proporção é ainda maior na região norte. O sentimento de arrependimento é maior nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Além disso, mais de 30% dos entrevistados esperam contar com mais de 81% do salário ao se aposentar. A expectativa nas regiões Norte e Nordeste são menos otimistas e ficam abaixo dos 80%.

Pelo menos 70% antecipam se aposentar com menos de 80% do salário/poupança previdenciária ao completarem 60 anos.

Figura 25 — Aposentadoria Integral ou Parcial

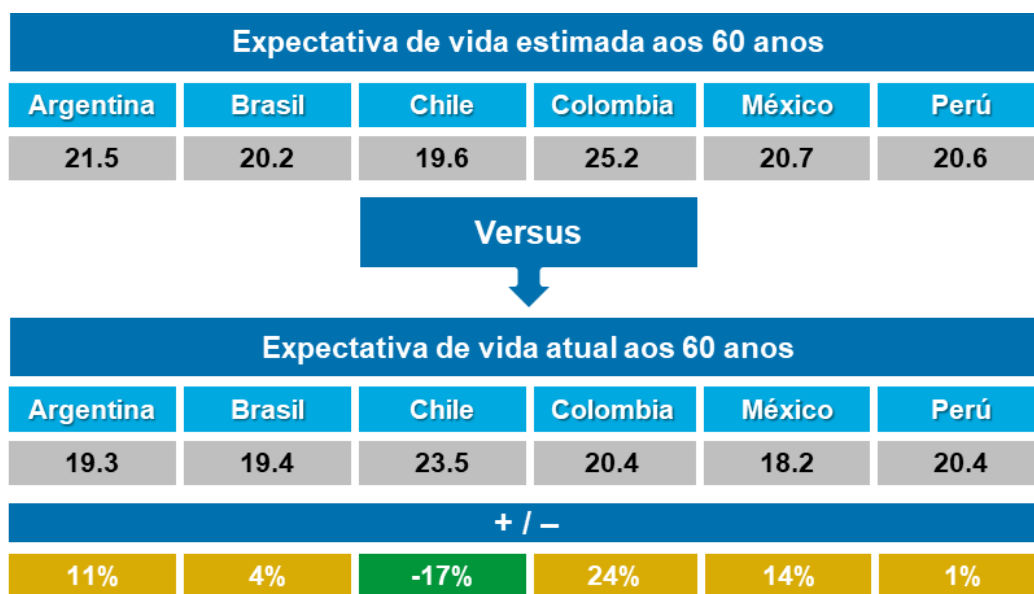
Pergunta: Qual a porcentagem do total de fundos para a aposentadoria (necessários para o sustento de uma vida confortável como aposentado) você espera / esperava ter ao completar 60 anos de idade?




Um dado preocupante é que os participantes da pesquisa superestimam em torno de 4% a expectativa de vida a partir dos 60 anos, o que significa que poderá ocorrer um déficit no financiamento da aposentadoria planejada (Figura 26). Os entrevistados esperam viver por mais 20,2 anos a partir dos 60 anos enquanto a expectativa atual é de 19,4 anos.

Os participantes da pesquisa tiveram uma tendência a superestimar a expectativa de vida a partir dos 60 anos.

Figura 26 — Expectativa de Vida Antecipada aos 60 Anos Versus Expectativa de Vida Atual aos 60 Anos



Nota: Para fins de comparação, foram utilizados os dados 2035-2040 da Divisão de População da ONU, considerando as faixas etárias e cotas utilizadas no estudo.



Além disso, a maioria espera contar com benefícios previdenciários reduzidos ao se aposentar; se preocupa em ter como pagar os custos de saúde não cobertos por um plano de saúde suplementar e que uma doença crônica possa drenar as economias ao longo da aposentadoria (Tabela 8).

As principais preocupações financeiras vinculadas à aposentadoria estão relacionadas à saúde, à economia e mercado e às políticas públicas. Os habitantes das regiões Sul e Centro-Oeste estão particularmente preocupados com os impactos do aumento de impostos e da inflação. Já o Nordeste, com 84%, teme que o governo reduza as aposentadorias.

Na saúde, as preocupações se concentram em poder pagar os custos de assistência médica que não são cobertos pelos seguros privados, já que o sistema público de saúde é considerado muito ruim. Pesquisas anteriores mostraram a consistência dessas preocupações. De fato, 60% das despesas de atendimento médico ao longo da vida ocorrem na terceira idade, especificamente após os 65 anos.

Por outro lado, os aposentados que seguem trabalhando indicaram em outros estudos poder prolongar a vida profissional indefinidamente ou “até que as forças acabem”. Muitos também expressaram preocupação em ter dificuldade de encontrar ou manter um emprego depois da idade de aposentadoria. Tudo isso torna os desafios ainda maiores.

Tabela 8 — Principais Preocupações Financeiras Vinculadas à Aposentadoria

Pergunta: *Quão preocupado você está com relação a cada um dos itens a seguir durante o período de aposentadoria?*

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Risco Longevidade						
Possibilidade de você ou do seu cônjuge/companheiro(a) terem uma longevidade maior que a dos seus ativos	56,4%	71,0%	63,3%	62,0%	68,2%	67,0%
Sustento do seu cônjuge / companheiro(a) se você vier a faltar primeiro	65,5%	64,9%	66,7%	54,0%	69,3%	65,8%
Seu próprio sustento se o seu cônjuge / companheiro(a) vier a faltar primeiro	61,8%	68,4%	56,7%	55,3%	66,4%	64,5%
Risco Saúde e Cuidados Prolongados						
Poder pagar os custos de saúde não cobertos por um plano de saúde suplementar	83,6%	87,0%	83,3%	78,7%	86,4%	85,1%
Encontrar serviços disponíveis de cuidados prolongados/lar de idosos	61,8%	61,9%	60,0%	63,3%	63,6%	62,9%
Uma doença crônica pode drenar as economias de toda minha vida	81,8%	84,0%	80,0%	76,0%	84,3%	82,7%
Cuidar de pessoas idosas	65,5%	68,0%	63,3%	57,3%	63,8%	63,8%
Risco de Políticas Públicas						
O governo ou a empresa reduzirão a pensão	78,2%	84,0%	80,0%	82,7%	80,4%	81,3%
O governo ou a empresa reduzirão benefícios de saúde ou do seguro saúde	83,6%	82,7%	85,0%	79,3%	80,5%	81,3%
Uma sociedade composta por mais idosos dificultará a assistência aos mais velhos por parte do governo	70,9%	79,7%	66,7%	74,0%	80,0%	77,8%
Riscos Economia e Mercado						
O valor de sua poupança e ativos pode não vir a conseguir acompanhar a inflação do período	74,5%	86,6%	86,7%	78,7%	82,0%	82,4%
Aumento de impostos	80,0%	87,4%	90,0%	85,3%	86,1%	86,2%
Desaceleração prolongada do mercado de ações	65,5%	64,5%	58,3%	58,0%	60,5%	61,2%
Queda nas taxas de juros	65,5%	75,8%	70,0%	70,0%	71,8%	72,0%
Aumento da inflação	85,5%	87,4%	91,7%	84,0%	85,5%	86,1%
Continuar trabalhando depois de se aposentar	72,7%	58,9%	70,0%	58,7%	67,9%	65,0%

Tabela 8 — Principais Preocupações Financeiras Vinculadas à Aposentadoria (continuação)

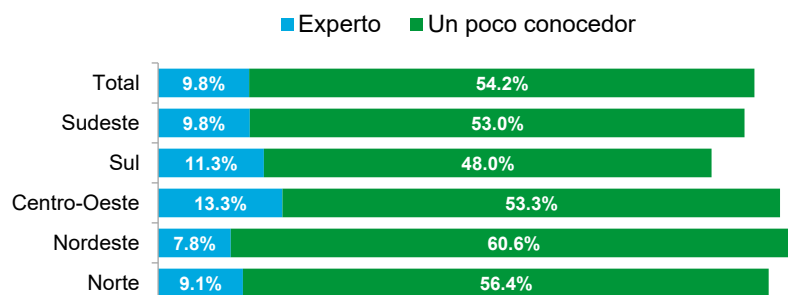
Pergunta: *Quão preocupado você está com relação a cada um dos itens a seguir durante o período de aposentadoria?*

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Risco Família, Herdeiros						
Meus filhos pertencem ao grupo “Nem Nem” (Nem trabalham, nem estudam – e ainda dependem economicamente dos pais mesmo já sendo adultos).	36,4%	45,5%	46,7%	40,0%	45,2%	44,1%
Ainda não ter começado o planejamento para a aposentadoria	55,0%	64,4%	70,0%	56,9%	63,3%	62,6%
Possibilidade de não poder deixar dinheiro para os filhos ou outros herdeiros	58,2%	59,3%	63,3%	54,0%	59,3%	58,7%
Possibilidade dos meus filhos não cuidarem de mim e do meu cônjuge durante o período de aposentadoria	49,1%	61,9%	56,7%	55,3%	60,7%	59,4%
Incapacidade de encontrar ou manter um emprego durante a aposentadoria	58,2%	64,5%	70,0%	64,0%	63,4%	63,8%

Nota: Os resultados representam um consolidado das respostas “preocupações principais” e “preocupações secundárias.”

Figura 27 — Autoavaliação do Grau de Conhecimento Financeiro

Pergunta: *Em geral, em qual escala de conhecimento você está em relação a investimentos ou produtos financeiros*



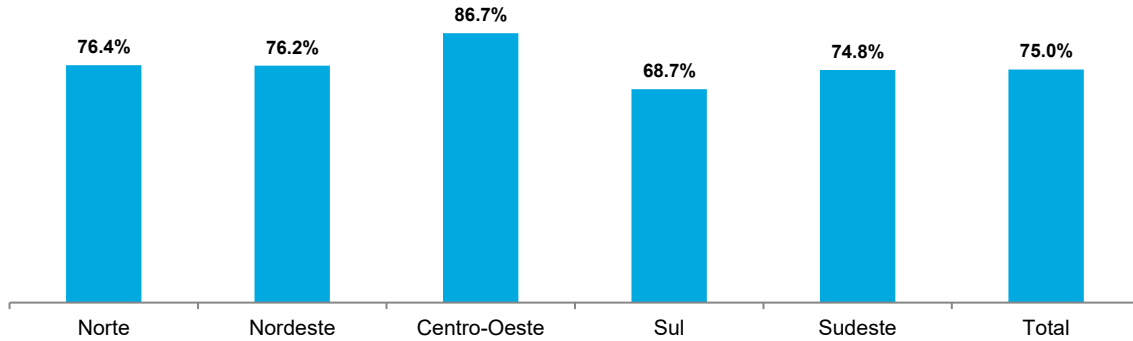
Nota: Se ofrecieron cuatro opciones a los encuestados: “Experto,” “Un poco conocedor,” “No muy conocedor,” “Ni un poco conocedor.” Los resultados anteriores representan: “Experto,” “Un poco conocedor.”

Metade dos pesquisados reconhece uma responsabilidade individual no processo de geração de renda para a aposentadoria e não busca aconselhamento externo de profissionais para o planejamento da aposentadoria. A necessidade de um sólido entendimento sobre produtos financeiros parece estar no epicentro da questão. No entanto, com base em autoavaliações, mais de 5 em cada 10 afirmam ter um pouco de conhecimento da matéria (Figura 27). É importante ter em mente que, embora os entrevistados conheçam as opções de investimento disponíveis no mercado, não tenham necessariamente a capacidade de entender, analisar e investir com sucesso em produtos de investimento de longo prazo.

Os consumidores em todo o Brasil geralmente demonstram um nível relativamente alto de confiança em sua capacidade de tomar decisões financeiras e de investimento, e 75% dos entrevistados (especialmente da região Centro-oeste) expressam sua vontade de converter uma parte de seus ativos em anuidades para gerar renda de aposentadoria (Figura 28).

Figura 28 — Disposição de Converter uma Parcela dos Ativos em uma Anuidade

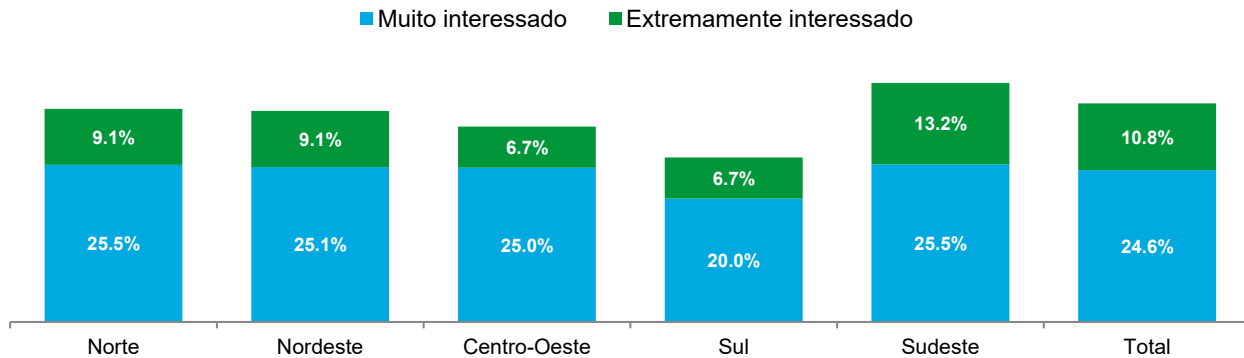
Pergunta: Os produtos financeiros denominados “anuidades” podem fornecer um fluxo de renda vitalícia em troca do pagamento de um prêmio. O acesso aos ativos usados para pagar a anuidade geralmente deixa de estar disponível depois que o produto é adquirido. Você consideraria converter uma parte de seus ativos ou uma parte adicional de seus ativos em uma anuidade garantida e vitalícia na aposentadoria?



Nota: Resultados de respostas “Sim.”

Figura 29 — Interesse em Comprar uma Anuidade com Impostos Diferidos

Pergunta: Uma anuidade com imposto diferido é um produto emitido por uma companhia de seguros de vida que permite ao segurado economizar dinheiro para a aposentadoria. A incidência de impostos sobre o ganho oriundo das aplicações não se dá até a aposentadoria e você começar a retirar dinheiro da anuidade. Os produtos de anuidades também oferecem a capacidade de converter o saldo em pagamentos mensais de renda por toda a vida. Se tais produtos estivessem disponíveis em seu mercado, qual seria o seu nível de interesse de compra?



Nota: Los resultados anteriores representan respuestas de en “Extremo interesados” y “Muy interesados.” A los encuestados se les ofrecieron las siguientes opciones: “Ni un poco interesado,” “Un poco interesado,” “Muy interesado,” “Extremadamente interesado.”


O interesse em diferir a incidência de impostos através da compra de uma anuidade com impostos diferidos (Figura 29) foi significativo por parte dos entrevistados. Em geral, 35,4% dos brasileiros disse estar muito interessado ou extremamente interessado nesse tipo de produto, sendo o interesse maior na região Sudeste.

Tabela 9 — Preferência de Fonte de Informação sobre Investimentos, Produtos Financeiros ou Planejamento da Aposentadoria

Perguntas: *Onde você obtém informações sobre investimentos, produtos financeiros ou planos de previdência privada? Selecione todas as opções que se aplicam ao seu caso.*

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Workshops e / ou seminários	9,1%	10,0%	18,3%	6,0%	11,4%	10,6%
Folhetos ou demais materiais por escrito fornecidos pelo empregador	12,7%	9,1%	6,7%	6,7%	7,5%	8,0%
Meu próprio consultor / planejador financeiro / corretor de seguros	38,2%	25,1%	40,0%	26,0%	25,0%	26,7%
Empregador (RH ou Dept. de Benefícios)	5,5%	13,4%	16,7%	13,3%	16,8%	15,0%
Representantes da companhia que faz a gestão dos planos empresariais de contribuição definida no meu emprego	10,9%	13,9%	16,7%	14,0%	15,2%	14,6%
Website com informações sobre minha conta específica de previdência privada / fundo de pensão	27,3%	21,6%	30,0%	23,3%	26,3%	25,1%
Redes sociais / sites de networking	29,1%	24,2%	33,3%	26,0%	26,6%	26,5%
Aplicativos para celular	23,6%	17,3%	26,7%	18,0%	17,0%	18,1%
Família, amigos ou colegas de trabalho	27,3%	39,8%	45,0%	30,0%	37,5%	36,8%
Internet / finanças	61,8%	53,2%	61,7%	56,7%	59,3%	57,9%
Websites	27,3%	28,6%	23,3%	29,3%	34,8%	31,6%
Livros, revistas e jornais	30,9%	21,2%	23,3%	24,7%	19,8%	21,6%
Programas de televisão ou rádio	16,4%	17,3%	13,3%	20,7%	18,2%	18,0%
De nenhum lugar específico, não sei dizer	3,6%	7,8%	6,7%	6,0%	5,2%	5,9%

Nota: Esta é uma pergunta de múltiplas respostas.



Canais digitais, juntamente com familiares, amigos ou colegas de trabalho, são as fontes preferidas de informação sobre investimentos, produtos financeiros ou planejamento da aposentadoria.

A combinação da necessidade urgente e do grande interesse dos consumidores por informações sobre educação e planejamento financeiro previdenciário torna ainda maior a importância da indústria de serviços financeiros refinar sua abordagem. Este estudo identifica os comportamentos e percepções relacionados ao planejamento para a aposentadoria e às preferências de produtos. Antes dos consumidores tomarem a decisão de comprar anuidades e outros produtos financeiros para a renda da aposentadoria, eles precisam entrar em contato com fontes diferentes para obter informações sobre opções de investimento e recursos relacionados ao produto (Tabela 9). No Brasil, onde muitas pessoas planejam se aposentar com um planejamento feito por conta própria é de extrema relevância que a indústria forneça informações fáceis de entender e de encontrar. É igualmente crítico que as informações sejam precisas e ajudem os consumidores a tomar medidas para um resultado positivo.

Os canais digitais se tornaram uma das fontes populares de informação para os entrevistados do estudo e quase um quarto deles acessa sites financeiros em busca de dados e conhecimento. De fato, os sites sobre tópicos relacionados são os preferidos, especialmente entre as gerações mais jovens. Portanto, em vez de oferecer métodos tradicionais de comunicação e educação, como workshops, seminários, mensagens via televisão, rádio ou jornal, o setor precisa repensar como difundir a informação pelo vasto mundo da Internet. É importante lembrar que o estudo foi realizado através de pesquisa on-line, captando um segmento da população com maior probabilidade de comprar produtos financeiros para a aposentadoria.

Os sites sobre finanças são a fonte de informação preferida dos entrevistados; as informações de consultores/planejadores financeiros e de corretores de seguros são consideradas muito úteis, embora não sejam a fonte mais buscada.

Tabela 10 — Utilidade das Informações Obtidas de Diferentes Fontes

Pergunta: Qual fonte de informação você achou mais útil?


	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Internet / finanças	28,3%	21,1%	23,2%	24,1%	26,9%	25,2%
Meu próprio consultor / planejador financeiro / corretor de seguros	22,6%	16,4%	32,1%	17,7%	15,8%	17,5%
Família, amigos ou colegas de trabalho	7,5%	12,7%	17,9%	8,5%	10,9%	11,2%
Website	11,3%	7,0%	7,1%	9,9%	7,0%	7,6%
Website com informações sobre minha conta específica de previdência privada / fundo de pensão	5,7%	7,0%	5,4%	4,3%	8,9%	7,4%
Representantes da companhia que faz a gestão dos planos empresariais de contribuição definida no meu emprego	3,8%	6,6%	0	7,8%	6,0%	5,9%
Redes sociais / sites de networking	3,8%	5,2%	3,6%	5,0%	5,3%	5,0%
Livros, revistas e jornais.	7,5%	4,2%	0	5,0%	3,6%	3,9%
Empregador (RH ou Dept. de Benefícios)	0	5,2%	3,6%	3,5%	3,6%	3,7%
Aplicativos para celular	0	4,2%	0	6,4%	3,2%	3,5%
Programas de televisão ou rádio	1,9%	4,2%	3,6%	2,1%	3,6%	3,4%
Outros	3,8%	1,9%	3,6%	3,5%	2,6%	2,7%
Workshops e / ou seminários	3,8%	2,8%	0	0,7%	1,7%	1,8%

Nota: As opções foram fornecidas de acordo com as opções selecionadas em questão para o Método Preferencial para obter informações sobre investimentos, produtos financeiros ou planejamento de aposentadoria. Observação: os entrevistados tiveram permissão para escolher apenas uma opção. Resultados abaixo de 5% representam uma opção escolhida para uma amostra de 10 ou menos.

Para 25% dos entrevistados, as informações obtidas através da Internet são muito úteis e vem a ser a primeira opção para obter informações sobre um produto. Embora a preferência pelo contato direto com um consultor financeiro, corretor de seguros seja um pouco menor (17%), os consumidores avaliam estes canais como “muito úteis” (Tabela 10). Consultores, planejadores financeiros e corretores de seguros são profissionais treinados e com um sólido

conhecimento dos produtos, entregando informação de forma clara e fácil de entender. A experiência aumentada do valor de um toque humano e de uma conversa cara a cara não pode ser descartada.

Os dois canais de preferência na verdade se complementam e já funcionam numa espécie de simbiose multicanal, onde uma informação online se transforma em uma ponte ou uma isca para o contato com um profissional.



Em todos os mercados, os consumidores indicaram uma preferência por características mais conservadoras do produto, como renda garantida e preservação do capital principal.

O estudo solicitou ainda que os participantes indicassem, além das questões de custo, as preferências quanto a características de produtos ou investimentos financeiros que poderiam ser usados para gerar renda na aposentadoria. Talvez, como esperado, a preferência por renda vitalícia garantida foi a mais mencionada, seguida de renda ajustada pela inflação, proteção do capital principal e retornos fixos.

Os entrevistados não demonstraram interesse em ter maior controle sobre seus investimentos e na capacidade de adaptar seus portfólios. Foram mais específicos em indicar uma afinidade com as características que garantem renda vitalícia, renda que permanece fixa durante a aposentadoria e que oferecem retorno garantido dos investimentos.

Tabela 11 — Características Mais Importantes de um Produto Financeiro no Planejamento Previdenciário

Pergunta: À parte das questões de custo, quais das seguintes características são mais importantes para você ao selecionar entre produtos financeiros ou investimentos que poderiam ser usados para gerar renda na aposentadoria?

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Renda vitalícia garantida	45,5%	60,6%	68,3%	62,0%	66,3%	63,4%
Renda ajustada pela inflação	58,2%	57,6%	63,3%	62,0%	63,9%	61,9%
Renda que irá permanecer igual ou fixa durante todo o período de aposentadoria	61,8%	45,5%	53,3%	54,7%	52,1%	51,6%
Renda que tem potencial de crescer com o mercado	65,5%	58,0%	73,3%	60,7%	63,8%	62,7%
Renda que terá continuidade depois do meu falecimento ou do falecimento do meu cônjuge	54,5%	47,2%	51,7%	50,7%	52,0%	50,9%
Montante de renda que pode ser modificado à medida que minhas necessidades mudam	54,5%	45,5%	55,0%	52,7%	55,7%	52,9%
Renda que pode ser convertida em um montante pela soma total	43,6%	38,1%	46,7%	46,0%	46,3%	44,3%
Investimento inicial que é preservado ou protegido	54,5%	55,0%	63,3%	56,0%	60,0%	58,2%
Controle sobre como os investimentos são geridos	58,2%	57,6%	60,0%	58,0%	60,2%	59,2%
Investimento com retorno garantido	58,2%	59,7%	71,7%	66,7%	65,7%	64,5%
Dinheiro para herdeiros ou para instituições de caridade postumamente	34,5%	30,7%	40,0%	29,3%	31,3%	31,5%
Capacidade de fazer retiradas de valores que excedem o montante regular da renda	41,8%	35,5%	43,3%	43,3%	44,6%	42,2%
Opção de receber pagamentos pré-definidos de um montante total ou renda mensal em moeda estrangeira	36,4%	38,1%	41,7%	32,7%	35,5%	36,1%
Prêmio Único	25,5%	28,1%	21,7%	26,7%	30,9%	28,9%
Prêmio Nivelado	29,1%	29,0%	28,3%	23,3%	31,1%	29,3%
Prêmio Crescente	34,5%	40,3%	48,3%	36,7%	41,6%	40,6%
Benefício fiscal	38,2%	39,4%	40,0%	38,7%	42,3%	40,8%
Opção de retirar todo o dinheiro de uma só vez e fazer a gestão do mesmo por conta própria	43,6%	35,5%	40,0%	36,0%	43,6%	40,5%

As principais características dos produtos selecionadas pelos entrevistados foram bastante semelhantes na maioria das regiões, com uma ou duas exceções, e a maior parte das características visa atender as necessidades básicas e outras as necessidades únicas das últimas etapas de vida (Tabela 11).

Os bancos emergiram como o canal de preferência para a compra de produtos financeiros para a aposentadoria.

A preferência na busca de informações pelos produtos financeiros de planejamento previdenciário migra na hora de se fazer a compra e chega predominantemente nos bancos. A região Norte tem uma destacada preferência por comprar diretamente através de corretoras ou consultores financeiros. Com a crescente penetração da Internet no Brasil, os canais online podem ganhar maior popularidade em todas as regiões (Tabela 12).

Tabela 12 — Os 5 Canais de Preferência para a Compra de Produtos Previdenciários

Pergunta: Se você fosse comprar um produto com as características anteriormente selecionadas, onde gostaria de comprar?

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Banco	47,3%	58,0%	41,7%	57,3%	58,0%	56,4%
Corretora / consultor financeiro (vende múltiplos produtos)	27,3%	13,4%	16,7%	15,3%	17,9%	17,0%
Corretor de uma Companhia de Seguros	3,6%	3,9%	1,7%	4,0%	2,3%	2,9%
Corretor de uma Companhia de Previdência Privada	3,6%	5,2%	15,0%	10,0%	5,5%	6,5%
Pelo telefone	1,8%	1,7%	5,0%	1,3%	0,9%	1,4%
Pelos Correios	0	1,3%	0	0,7%	0,2%	0,5%
Através do site da companhia	1,8%	6,1%	6,7%	6,0%	2,7%	4,1%
Sites de comparação de ofertas de seguros	3,6%	3,0%	3,3%	0,7%	3,2%	2,8%
Aplicativos para celular	0	1,7%	1,7%	0	2,5%	1,8%
Outro canal	0	0	5,0%	2,0%	0,7%	0,9%
Seguradora	10,9%	5,6%	3,3%	2,7%	6,1%	5,6%

Manter a saúde física e o bem-estar continua sendo uma prioridade para a maioria dos entrevistados.

Cada brasileiro tem objetivos únicos a serem alcançados na aposentadoria. A principal prioridade entre os entrevistados é manter uma boa saúde e bem-estar. Também expressam um forte desejo de passar mais tempo com amigos e familiares e resolver os cuidados de seus últimos anos de vida, talvez em um estado de total dependência. Poucos expressam o desejo de mudar de suas casas para condomínios de idosos ou comunidades de aposentados (Tabela 13).

Tabela 13 — Aspectos Aspiracionais na Aposentadoria

Pergunta: *Muitas pessoas têm esperanças e aspirações específicas para a sua própria aposentadoria. Quão importante é para você realizar cada uma das seguintes opções na aposentadoria?*

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Manter minha saúde física e bem-estar	83,6%	77,1%	85,0%	79,3%	76,4%	77,8%
Viajar mais	81,8%	60,6%	68,3%	59,3%	58,2%	60,7%
Passar mais tempo com amigos e familiares	65,5%	60,2%	63,3%	62,7%	58,9%	60,3%
Poder dar uma solução satisfatória à questão dos cuidados durante os últimos anos de vida quando esteja totalmente dependente	43,6%	56,3%	65,0%	58,7%	56,8%	56,7%
Poder apoiar minha família financeiramente	47,3%	48,5%	55,0%	46,7%	45,9%	47,2%
Permanecer em minha residência atual	38,2%	42,4%	45,0%	37,3%	43,6%	42,2%
Aprender uma nova habilidade / hobby	36,4%	40,3%	40,0%	32,0%	35,2%	36,2%
Mudar para uma outra área a fim de ter condições de vida adequadas (melhor clima, custos e instalações)	32,7%	33,8%	38,3%	36,7%	37,0%	36,1%
Economizar para deixar um legado	29,1%	33,3%	31,7%	25,3%	28,4%	29,3%
Poder se juntar a algum tipo de grupo / atividade / comunidade para aposentados	25,5%	22,5%	33,3%	26,7%	24,1%	24,7%
Mudar para um condomínio para idosos (conjunto residencial exclusivo para idosos com infraestrutura, serviços de saúde e cuidadores)	12,7%	16,9%	18,3%	15,3%	19,3%	17,8%
Mudar para uma comunidade de aposentados	12,7%	11,7%	16,7%	12,0%	14,5%	13,5%


Nota: os resultados representam respostas indicadas como "muito importantes."



Oportunidades para a Indústria

O setor tem uma oportunidade significativa de ajudar a solucionar os problemas de financiamento da longevidade, desenvolvendo e entregando alguns dos produtos que os consumidores identificaram neste estudo. Os diagnósticos desta pesquisa com consumidores apontam para oportunidades atraentes de serem exploradas pela indústria de serviços financeiros.

- **Responsabilidade:** metade dos entrevistados no Brasil considera sua a responsabilidade de financiar a própria aposentadoria. Desse conjunto, os jovens trabalhadores (36%) veem essa responsabilidade com mais força que os pré-aposentados (29%), e no mesmo patamar que os aposentados (36%). Observa-se a tendência das gerações mais jovens estarem assumindo um papel mais proativo, não considerando depender tanto do governo. O segmento mais jovem aponta uma ansiedade por tomar decisões vinculadas ao planejamento da aposentadoria. A indústria precisa aproveitar essa oportunidade e atender a demanda das novas gerações com educação e motivação financeira.
- **Planejamento previdenciário:** cerca de um terço dos brasileiros (29%) indicou que não trabalha com nenhum profissional financeiro. Essa tendência é mais forte nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. Além disso, 70% dos entrevistados não possui um plano formal e por escrito para gerenciar receitas, ativos e despesas durante a aposentadoria. O setor, juntamente com outras partes interessadas, precisa intervir e criar ferramentas de planejamento previdenciário para os futuros aposentados.
- **Aspiração principal:** manter uma boa saúde e bem-estar é uma prioridade entre os entrevistados, bem como viajar mais. Esses objetivos não são impossíveis de alcançar, desde que as pessoas disponham de ferramentas que as orientem e conduzam neste caminho.
- **Procrastinação:** metade dos brasileiros considera que a responsabilidade de planejar a aposentadoria é uma responsabilidade do indivíduo e não do Estado. Porém, quase 5 em cada 10 entrevistados se arrependem de ter atrasado a poupança para a aposentadoria ou de ainda nem ter começado. A maioria não acaba tomando as medidas apropriadas, ficando perdida em outras prioridades mais ligadas ao presente — principalmente com os altos índices de endividamento observados nos últimos anos com a expansão do crédito. O sentimento de arrependimento é maior entre os jovens (38%). Esses “arrependimentos” também sugerem que as pessoas calculam mal quanto tempo precisam para economizar e investir. Certamente precisam do aconselhamento profissional que a indústria tem a oferecer. Embora as pessoas estejam dispostas a assumir a responsabilidade, elas podem não ter “conhecimento financeiro” suficiente para entender o impacto de começar a economizar tarde. A indústria precisa então focar em orientar as pessoas sobre quando começar, onde e como começar a poupança previdenciária.
- **Perda do poder aquisitivo:** 69% dos entrevistados antecipam uma aposentadoria com o salário parcial ao completarem 60 anos e apenas 30% esperam ter mais de 81% do salário. Os participantes do Norte e Nordeste esperam perdas de poder aquisitivo ainda maiores que nas demais regiões pesquisadas. A indústria dispõe de produtos para preencher a lacuna e deveria aumentar sua atuação e participação no aspecto do planejamento previdenciário que visa fechar o gap de renda entre a fase economicamente ativa e inativa.

- 
- **Superestimação da expectativa de vida a partir dos 60 anos:** no caso do Brasil, os entrevistados geralmente esperam viver 4% a mais do que a estimativa calculada para o período. A diferença na percepção não afeta apenas o planejamento da renda para a aposentadoria, mas sobretudo as despesas com saúde. Com o aumento da longevidade, fica claro que viver mais requer ações adequadas e que suas consequências podem afetar não apenas o indivíduo, mas também sua família. A ajuda de profissionais financeiros seria bem relevante para ajustar este ponto.
 - **Disposição para comprar anuidades:** Setenta e cinco por cento dos pesquisados manifestou vontade de converter uma parte de seus ativos em anuidades para gerar renda na aposentadoria. A região Centro-Oeste foi aquela que demonstrou maior interesse nos produtos de anuidades. O nível de interesse é alto no segmento de pré-aposentados, principalmente nas regiões Norte e Sudeste. O fato dos consumidores estarem dispostos a investir nesses produtos, desde que adequados às suas necessidades específicas, representa uma oportunidade potencialmente histórica para o setor.
 - **Características dos produtos:** os entrevistados expressaram fortes preferências por produtos com renda vitalícia garantida, proteção do capital principal nos investimentos e retornos fixos. Também estão interessados em ter maior controle sobre seus investimentos e na capacidade de ajustar suas carteiras. Especificamente, indicaram uma afinidade com as características que garantem renda vitalícia, renda que permanece fixa durante a aposentadoria e que oferecem retorno garantido dos investimentos. A chave para o planejamento bem-sucedido da aposentadoria é começar cedo e economizar de forma contínua e constante ao longo da vida.
 - **Canais preferenciais para a compra:** os canais presenciais são a maneira preferida de comprar os produtos financeiros de planejamento previdenciário em todas as regiões do Brasil, e não surpreende que os bancos continuem sendo o canal mais buscado, muito à frente das corretoras. O setor bancário tem, portanto, a oportunidade de ajudar os brasileiros a construir um futuro mais previdente e menos endividado.

Apêndice

O estudo Aposentadoria em foco no Brasil faz parte de um projeto de pesquisa colaborativa da Sociedade de Atuários (SOA) com a LIMRA. Por meio de uma amostra de 1.056 entrevistados, revela as percepções dos consumidores sobre aposentadoria em seis macrozonas do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

A amostra se enfocou nos mesmos segmentos demográficos de amostragem do estudo latino-americano que também incluiu Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru: trabalhadores jovens (30 a 45 anos), pré-aposentados (46 a 60 anos) e aposentados (mais de 60 anos).

Tabela A-1 — Respondentes por Situação Laboral

Pergunta: *Qual é a sua situação laboral atual?*

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Tenho trabalho remunerado e em tempo integral	60,0%	53,7%	43,3%	52,0%	57,3%	55,1%
Tenho trabalho autônomo / com negócio familiar e em tempo integral	7,3%	15,6%	16,7%	14,0%	13,4%	13,8%
Tenho trabalho de meio período	5,5%	7,4%	6,7%	6,7%	4,6%	5,7%
Tenho trabalho de meio período mesmo depois de haver me aposentado formalmente (por exemplo, recebe aposentadoria e trabalha meio período)	1,8%	3,0%	6,7%	3,3%	3,6%	3,5%
Tengo trabajo a tiempo completo incluso después de haberme jubilado formalmente (por ejemplo, recibe jubilación y trabaja a tiempo completo)	3,6%	1,7%	1,7%	1,3%	2,9%	2,4%
Sou aposentado(a) sem trabalho remunerado (por exemplo, recebe aposentadoria e não trabalha)	21,8%	18,6%	25,0%	22,7%	18,2%	19,5%
Fui demitido(a) ou estou desempregado(a) e procurando trabalho	0	0	0	0	0	0
Estou inválido(a) ou sem poder trabalhar	0	0	0	0	0	0
Sou dona de casa	0	0	0	0	0	0
Sou estudante em tempo integral	0	0	0	0	0	0

Tabela A-2 — Respondentes por Tipo de Empregador

Pergunta: Qual das opções a seguir melhor descreve seu empregador / De que tipo de trabalho você se aposentou?

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Sector público (incluidas las instituciones públicas controladas por el gobierno)	32,7%	35,9%	41,7%	30,7%	31,6%	33,0%
Sector privado (empresa)	58,2%	46,3%	41,7%	47,3%	47,0%	47,2%
PYME (pequeña o mediana empresa)	3,6%	3,0%	8,3%	4,7%	6,8%	5,6%
Negocio propio / de familia	5,5%	14,7%	8,3%	17,3%	14,6%	14,2%
Outro especificar:	0	0	0	0	0	0

Tabela A-3 — Respondentes por Tamanho de Domicílio

Respondendo à pergunta: Qual é o tamanho da sua casa?

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
1	7,3%	7,4%	8,3%	7,3%	8,0%	7,8%
2	27,3%	28,1%	30,0%	33,3%	27,9%	28,8%
3	32,7%	27,3%	30,0%	27,3%	30,0%	29,2%
4	18,2%	26,4%	21,7%	23,3%	20,9%	22,3%
5	12,7%	6,9%	3,3%	6,0%	10,0%	8,5%
6	1,8%	2,2%	1,7%	2,7%	2,0%	2,1%
7	0	0,9%	3,3%	0	0,9%	0,9%
8	0	0,4%	0	0	0,2%	0,2%
9	0	0	0	0	0	0
10	0	0,4%	0	0	0	0,1%
11	0	0	0	0	0	0

Tabela A-4 — Respondentes por Renda Anual Total Antes de Impostos

Respondendo à pergunta: *Qual dos seguintes intervalos descreve a renda anual total antes dos impostos da sua família? Inclua qualquer renda proveniente de mão-de-obra, investimentos, juros, dividendos, previdência social, pensões, etc.*

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
951 Real – 1,800 Real	0	0	0	0	0	0
1,801 Real – 3,600 Real	14,5%	23,8%	20,0%	26,7%	17,9%	20,4%
3,601 Real – 8,000 Real	32,7%	33,8%	35,0%	30,7%	36,6%	34,8%
8,001 Real – 15,000 Real	21,8%	22,1%	20,0%	22,0%	24,8%	23,4%
15,001 Real – 24,000 Real	18,2%	10,8%	13,3%	8,7%	11,3%	11,3%
24,001+ Real	12,7%	9,5%	11,7%	12,0%	9,5%	10,1%

Tabela A-5 — Respondentes por Situação Atual da Moradia

Respondendo à pergunta: *Qual é a sua situação atual de moradia?*

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Tenho casa própria com hipoteca/	23,6%	13,9%	23,3%	14,0%	12,0%	13,9%
Vivo de aluguel	10,9%	12,1%	10,0%	12,0%	11,3%	11,5%
Viver com pais, outros membros da família, amigos ou outros parentes	1,8%	3,9%	3,3%	3,3%	4,6%	4,1%
Outro, especificar	1,8%	2,2%	3,3%	0,7%	1,6%	1,7%
Tenho casa própria sin hipote	61,8%	68,0%	60,0%	70,0%	70,5%	68,8%

Tabela A-6 — Respondentes por Nível de Educação

Respondendo à pergunta: *Qual das opções a seguir melhor descreve seu nível mais alto de educação?*

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Ninguna	0	0	0	0	0	0
Primaria	1,8%	0,4%	0	0,7%	0,2%	0,4%
Secundaria	18,2%	17,3%	13,3%	19,3%	18,4%	18,0%
Terciaria no universitaria	3,6%	6,9%	8,3%	6,7%	9,6%	8,2%
Universitaria	60,0%	61,9%	60,0%	52,7%	56,1%	57,3%
Master o Doctorado	16,4%	13,4%	18,3%	20,0%	15,5%	15,9%
Otras	0	0	0	0,7%	0,2%	0,2%



Bibliografía

Baruf, Ana Maria Bonomi, [Movimento recente de retorno para as Classes D e E parece ser conjuntural](#), Destaque Depec Bradesco, Ano XIII, Número 133, 13 de janeiro de 2016.

Bulard, Martine, [Traídos pelos Fundos de Pensão](#), Le Monde Diplomatique Brasil, 1º de maio de 2003.

Ervatti, L. R.; Borgues, G. M.; Jardim, A. P.: Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções de população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015

Governo do Brasil: *Proposta de Emenda à Constituição 06/2019: Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências*, 2019.

Guidotti, Carolina: *Envelhecimento demográfico e mudanças na transição à velhice no Brasil: passado, presente e futuro*, CEPAL, 2016.

Nurkse, Ragnar, [Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos](#), Editora Civilização Brasileira, 1957.

Poblete, Hernán, Dias da Cunha, Fabiana: *Estudio Longevidad, Bradesco Seguros*, IMR Brasil, 2014.

Reis, C.; Barbosa, L.; e Pimentel, V.: *O desafio do envelhecimento populacional na perspectiva sistêmica da saúde*; BNDES, 2017.

Romig, Kathleen, [Social Security Lifts More Americans Above Poverty Than Any Other Program](#), Center on Budget and Policy Priorities, 5 de novembro de 2018.

United Nations, World Population Prospects: The 2017 Revision, ONU e IBGE, 2017.

United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division. [World population prospects: The 2015 revision, key findings and advance tables](#). Working Paper ESA/P/WP 241. 2015.



Com raízes que remontam a 1889, a Sociedade de Atuários (SOA) é a maior organização profissional atuarial do mundo, com mais de 30.000 atuários como membros. Por meio de pesquisa e educação, a missão da SOA é promover o conhecimento atuarial e melhorar a capacidade dos atuários de fornecer consultoria especializada e soluções relevantes para os desafios financeiros, comerciais e sociais. A visão da SOA é que os atuários sejam os profissionais líderes em medição e gerenciamento de riscos.

www.SOA.org



O Instituto de Aposentadoria Segura LIMRA LOMA foi criado em 2013 com o objetivo de fornecer pesquisa e educação objetiva e abrangente para ajudar a melhorar os resultados da aposentadoria. Nossa agenda de pesquisa abrange todos os aspectos do setor e examina os problemas relacionados à economia, investimento e geração de renda de aposentadoria.

© 2020 LL, Global, Inc. e Sociedade de Atuários. Todos os direitos reservados.

Esta publicação é um benefício dos membros da LIMRA e da Society of Actuaries. Nenhuma parte pode ser compartilhada com outras organizações ou reproduzida em qualquer formato sem o consentimento por escrito da SOA ou da LL Global.

0498-0220 (50700-10-501-33101)